

Working Paper

CEsA CSG 191/2023

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDIMENTO E A VIRAGEM À ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

Marianna RIOS FRANCO

Este Working Paper foi originalmente apresentado como Trabalho Final de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISEG – Lisbon School of Economics and Management (Universidade de Lisboa) e discutido publicamente em janeiro de 2023.



ABREVIATURAS

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BCIE – Banco Centroamericano de Integração Económica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CCT – Conditional Cash Transfer
Cepal – Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
Coneval - Consejo Nacional de Evaluacion de la Política de Desarrollo Social
FAO – Organização para a Alimentação e a Agricultura
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IEF – Ingreso Ético Familiar
IFIs – Instituições Financeiras Internacionais
IFPRI – International Food Policy Research Institute
IPC – Índice de Preços no Consumidor
MIFAPRO – Mi Familia Progresá
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIs – Organizações Internacionais
ONGDs – Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento
Panes – Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social
PBF – Programa Bolsa Família
PEDs – Países em Desenvolvimento
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PDs – Países Desenvolvidos
PIB – Produto Interno Bruto
PRAF – Programa Asignación Familiar
ProSoli – Progresando con Solidaridad
PTCR – Programa de Transferência Condicionada de Rendimento/Renda
RdO – Red de Oportunidades
Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ABSTRACT

In the last three decades, two phenomena have emerged and expanded in waves in Latin America: Conditional Cash Transfer (CCT) programs and the arrival of left-wing governments to power. This scenario is set in a historic period of economic recovery in the Region, especially with the “commodity boom”, providing the resources and political space needed to govern on the left and promote social policies. This study works with the research hypothesis that left-wing governments were the ones that most created, supported and expanded this type of public policy in Latin America in the period 2000-2020. Thirty-two CCTs were mapped, implemented by 18 countries in the Region, as well as their presidents and policy guidelines. In addition to reporting on the evolution of the implementation of these policies, this work carried out a quantitative analysis based on IDB and ECLAC databases about the beginning and end of these programs, as well as the evolution of the coverage of beneficiaries. The main conclusions indicate that the hypothesis is only partially and limitedly confirmed. In short, left-wing governments achieved the highest numbers in absolute terms regarding the creation and expansion of CCTs in the region, but centrist governments achieved the highest rates of new programs and increased coverage (in relative terms) – with subtle differences in outcomes between left-wing and centrist governments. Thus, we conclude that the adoption and expansion of CCTs among Latin American countries in the last two decades was largely independent of the political orientation of the governments considered. It was, above all, a regional stake that crossed ideologies, historical moments and economic crises to redistribute income over the last 20 years to more than 100 million people.

Keywords Conditional cash transfer, cash transfer, Latin America, left-wing governments, public policy.

SUMÁRIO

Nas três últimas décadas, dois fenómenos emergiram e expandiram-se em ondas na América Latina: os Programas de Transferência Condicionada de Rendimento (PTCRs) e a chegada de governos de esquerda ao poder. Esse cenário situa-se em um período histórico de recuperação económica da região, especialmente com o “boom das commodities”, fornecendo os recursos e o espaço político necessários para se governar à esquerda e promover políticas sociais. Este estudo trabalha com a hipótese de investigação de que governos de orientação política à esquerda foram os que mais criaram, apoiaram e expandiram esse tipo de política pública na América Latina no período 2000-2020. Foram mapeados 32 PTCRs, implementados por 18 países da região, bem como seus presidentes e orientações políticas. Para além do relato da evolução da implementação dessas políticas, este trabalho procedeu a uma análise quantitativa a partir de bases de dados do BID e da Cepal acerca dos momentos de inícios e encerramentos desses programas, bem como a evolução da cobertura de beneficiários. As principais conclusões apontam que a hipótese apenas se confirma de forma parcial e limitada. Em suma, governos de esquerda foram os que atingiram maiores números em termos absolutos no que concerne à criação e à expansão de PTCRs na região, mas os governos de centro foram os que atingiram maiores índices de novos programas e aumento da cobertura (em termos relativos) – com diferenças de resultados sutis entre governos de esquerda e centro. Assim, concluímos que a adoção e a expansão de PTCRs na América Latina nas duas últimas décadas deu-se independentemente da orientação política dos governos. Foi, principalmente, uma aposta regional que atravessou ideologias, momentos históricos e crises económicas para redistribuir rendimento nos últimos 20 anos a mais de 100 milhões de pessoas.

Palavras-chave Transferência condicionada de rendimento, transferência monetária, América Latina, governos de esquerda, política pública.

Working Paper

CEsA neither confirms nor informs any opinions expressed by the authors in this document.

CEsA is a research Centre that belongs to [CSG/Centre for Research in Social Sciences and Management](#) that is hosted by ISEG - Lisbon School of Economics and Management of Universidade de Lisboa, a university dedicated to teaching and research which was founded in 1911. In 2015, CSG was subject to an international evaluation process of R&D units carried out by the Portuguese national funding agency for science, research, and technology (FCT - Foundation for Science and Technology), having been ranked as “Excellent”. Founded in 1983, CEsA is a non-profit private institution, whose research team is composed of ISEG faculty, full-time research fellows, and faculty from other higher education institutions. It’s object is the study of economic, social, and cultural development in developing countries in Africa, Asia, and Latin America, although it places particular emphasis on the study of African Portuguese-speaking countries, China, and Pacific Asia, as well as Brazil and other Mercosur countries. Additionally, CEsA also promotes research on other theoretical or applied topic in development studies, including globalisation and economic integration in other regions, either generally or across several regions. From a methodological point of view, CEsA has always sought to foster a multidisciplinary approach to the phenomenon of development, and a permanent interconnection between the theoretical and applied aspects of research. Furthermore, the centre organises and promotes the expansion of research supporting bibliographic resources, the acquisition of databases, and publication exchange with other research centres.

AUTORA: Marianna RIOS FRANCO

Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Lisbon School of Economics and Management (ISEG), da Universidade de Lisboa. É jornalista, especialista em políticas sociais e relações internacionais.

CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO

1. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDIMENTO – CONSTRUÇÃO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1.1 AS TRANSFERÊNCIAS DE RENDIMENTO

1.2 AS CONDICIONALIDADES

1.3 A FOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

1.4 A GRADUAÇÃO OU “PORTA DE SAÍDA”

1.5 CRÍTICAS ÀS TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS E OUTROS MODELOS DE PROGRAMAS

2. PTCRS NA AMÉRICA LATINA – EVOLUÇÃO E EXPANSÃO

2.1. BREVE HISTÓRICO

2.2. EXPANSÃO DE PTCRS NA AMÉRICA LATINA

2.3 PAÍSES LATINO-AMERICANOS QUE ADOTARAM PTCRS

3. A ADOÇÃO DE PTCRS E A VIRAGEM À ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA – PERSPETIVA HISTÓRICA E CENÁRIO POLÍTICO

3.1. BREVE HISTÓRICO

3.2. A ADOÇÃO DE PTCRS E O CENÁRIO POLÍTICO LATINO-AMERICANO

4. METODOLOGIA, PESQUISA E RESULTADOS

4.1. METODOLOGIA E PESQUISA

4.2. ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

More Working Papers CEsa / CSG available at:

<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/working-papers/>

FIGURAS

Figura 1: Ano de introdução dos PTCRs nos diversos países da América Latina (1990-2010) (página 13)

Figura 2: Expansão da cobertura dos PTCRs adotados na América Latina (2000-2020), em milhões (página 17)

TABELAS

Tabela I: PTCRs adotados nos países da América Latina, por ano de criação e encerramento (1990-2020)

Tabela II: Cobertura dos PTCRs latino-americanos por país, ano e governo (2000-2020, em milhões de pessoas)

Tabela III: Variação absoluta da cobertura dos PTCRs latino-americanos por país, ano e governo (2000-2020, em milhões de pessoas)

Tabela IV: Variação da cobertura percentual/Ano (em pontos percentuais)

Tabela V: Inícios, encerramentos, substituições e renomeações de PTCRs latino-americanos por país, ano e governo (2000-2020)

More Working Papers CEsa / CSG available at:

<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/working-papers/>

Introdução

Os Programas de Transferência Condicionada de Rendimento (PTCRs) são uma categoria de política social de combate à pobreza por meio da transferência monetária e do cumprimento de condicionalidades. São políticas focalizadas, ou seja, destinam-se ao perfil específico de famílias em situação de pobreza, pobreza extrema e vulnerabilidade, e são mais presentes no contexto de Países em Desenvolvimento (PED).

Nos últimos 30 anos, expandiram-se e consolidaram-se especialmente na América Latina – 18 dos 20 países da região adotaram 32 PTCRs, os quais já beneficiaram mais de 100 milhões de pessoas. Ao longo desse mesmo período, a região testemunhou uma viragem à esquerda nos seus governos – em 2009, quase 2/3 dos países da região estavam sob lideranças de esquerda.

Esse *left turn* representou mais do que uma troca de governantes: promoveu uma mudança na governação latino-americana, que passou de um cenário de políticas conservadoras pró-mercado para “(...) uma nova era de experimentação de políticas na qual os governos expandiram seus esforços redistributivos e desenvolvimentistas e papéis de bem-estar social” (Levitsky & Roberts, 2011, p. 1-2).

A partir da existência da relação entre as duas ondas vividas na América Latina no início do século XXI, nomeadamente, a criação e a difusão de PTCRs e a viragem de governos à esquerda, já percebidas e documentadas por diversos autores, este trabalho propõe-se a explorar a hipótese de investigação de que governos de orientação política à esquerda foram os que mais criaram, apoiaram e expandiram esse tipo de política pública na região no período 2000-2020.

A busca por essa resposta tem o objetivo principal de perceber o efeito da *politics* nas *policies*, a partir da observação dos PTCRs implementados, países adotantes, bem como dos seus presidentes e orientações políticas. Ainda, relatar as principais transformações sofridas por essas políticas e analisar os momentos de inícios e os

encerramentos desses programas por orientação política; bem como as variações percentuais nas coberturas de beneficiários dos programas.

1. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDIMENTO – CONSTRUÇÃO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1.1. AS TRANSFERÊNCIAS DE RENDIMENTO

Os PTCRs são uma categoria de programas de assistência social voltados ao combate à pobreza¹ nos PED². Destinam-se maioritariamente a famílias em situação de pobreza extrema, pobreza e/ou vulnerabilidade e caracterizam-se por transferências monetárias diretas e regulares combinadas com o cumprimento de condicionalidades ou corresponsabilidades pelos seus beneficiários, em geral nas áreas de educação, saúde e nutrição. São geralmente formulados e implementados por governos nacionais e/ou locais, mas também por Organizações Internacionais (OIs) e Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGDs).

Os PTCRs são programas públicos não-contributivos³ cujo financiamento pode provir de recursos públicos (previsto nos orçamentos nacionais) e/ou de empréstimos de bancos de desenvolvimento (a exemplo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), e podem contar ou não com a ajuda técnica de OIs. São também um direito, previstos e regulados por leis e demais instrumentos normativos

¹Mais especificamente, com o objetivo de diminuir a pobreza crónica ou induzida por choques económicos, fortalecer a capacidade produtiva, fornecer proteção social, enfrentar o risco social, reduzir as vulnerabilidades económica, alimentar e de acesso a serviços e quebrar o ciclo intergeracional da pobreza (Barrientos, 2013; Gomes & Ayres, 2019; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2012; Osorio, 2014; Ladhani & Sitter, 2018).

²Há uma trajetória reconhecida de programas de transferência de rendimentos nos Países Desenvolvidos (PDs), a exemplo de Inglaterra, Dinamarca, Alemanha, Suécia, França, Estados Unidos e Canadá (Barrientos, 2013; Fiszbein & Schady, 2009; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2018; Oliveira, 2012, 2018; Osorio, 2014). No entanto, é igualmente consensual a prevalência dos PTCRs nos PEDs, principalmente a partir da década de 1990 (Barrientos & Villa, 2013; Barrientos, 2013; De La O, 2018; Hanlon et al., 2012; Lavers, 2022; Oliveira & Bichir, 2021; Oliveira, 2012, 2018; Osorio, 2014; Stampini & Tornarolli, 2012).

³Em sistemas contributivos, como no caso das pensões de aposentação e reforma, a manutenção dos pagamentos é garantida pelas contribuições regulares dos trabalhadores formais economicamente ativos. Já nos sistemas não-contributivos, no caso dos PTCRs, a manutenção dos pagamentos é garantida pelo Estado (Gomes & Ayres, 2019).

(Barrientos, 2011, 2013; De La O, 2018; Gomes & Ayres, 2019; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2012, 2018; Oliveira & Bichir, 2021; Osorio, 2014; Ladhani & Sitter, 2018).

Como o próprio nome revela, a primeira característica que define os PTCRs são as transferências de rendimento às famílias beneficiárias. Essas são diretas e regulares, e podem ser fixas ou variáveis⁴. O valor transferido pode ser definido e indexado com base no ordenado mínimo, no preço do cabaz alimentar, no Índice de Preços no Consumidor (IPC), etc. Os PTCRs variam habitualmente entre 0,5% e 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) (Barrientos, 2013; De La O, 2018; Hanlon et al., 2012; Osorio, 2014).

Ao transferir dinheiro às pessoas, os PTCRs adotam uma perspectiva de combate à pobreza monetária⁵ e em curto prazo, buscando solucionar os efeitos imediatos da pobreza, como fome, doenças, analfabetismo, etc (Barrientos, 2013; Gomes & Ayres, 2019; Oliveira, 2018; Osorio, 2014).

Os principais argumentos favoráveis às transferências monetárias de combate à pobreza, para além da melhoria imediata no bem-estar dos beneficiários (nomeadamente nos padrões de saúde, educação e alimentar), são a tentativa de promover a redistribuição de rendimentos na sociedade, o estímulo ao consumo, ao crescimento económico e à liberdade de escolha dos beneficiários quanto às suas necessidades. Além disso, mais facilidade e economia na gestão dos recursos e mais transparência na fiscalização dos mesmos – principalmente quando compara-se a transferência de dinheiro com a de outros subsídios (cabazes alimentares, etc.) (Barrientos, 2013; De La O, 2018; Ghosh, 2011; Gomes & Ayres, 2019; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2018).

Hanlon et al. (2012) pontuam dois aspetos importantes: não fornecer um subsídio aos pobres também acarreta custos (mortes evitáveis, problemas de desenvolvimento infantil, desagregação familiar, coesão social enfraquecida, etc.), assim como é uma medida contraditória (uma vez que é aceita a ideia de redistribuição do rendimento

⁴As transferências fixas destinam o mesmo valor a todas as famílias beneficiárias de um PTCR, enquanto as transferências variáveis destinam valores diferentes a depender das particularidades na composição familiar dos beneficiários – a exemplo do número de pessoas, idade, sexo, etc. – (Barrientos, 2013; Gomes & Ayres, 2019).

⁵As definições de pobreza têm evoluindo ao longo do tempo. A pobreza monetária é a forma da economia clássica de perceber a pobreza como ausência ou insuficiência de rendimento (Oliveira, 2018).

entre os não pobres, por meio de pensões, resgates financeiros, descontos em energia elétrica, etc.). Em suma, “Muitos defensores das transferências monetárias as veem como tendo importantes componentes éticos ou morais e como incentivo à justiça, equidade e empoderamento” (tradução nossa) (Hanlon et al., 2012, p. 34).

1.2. AS CONDICIONALIDADES

A segunda característica que define os PTCRs são as condicionalidades. Estas são condições pré-estabelecidas e determinantes para a concessão dos benefícios, acompanhadas por sistemas de monitoração, e seu descumprimento pode acarretar penalidades, como a suspensão e até mesmo o cancelamento dos benefícios. Em outras palavras, são os “(...) compromissos cobrados pelo Estado (ou ator implementador do programa) e assumidos pelos beneficiários ao entrar e para se manter no programa de transferência de renda” (Gomes & Ayres, 2019, p. 15).

Para Barrientos (2011, 2013), as condicionalidades são intervenções que permitem a acumulação e o desenvolvimento de capital⁶ financeiro, humano (principalmente em educação, saúde e nutrição) e físico/produtivo (a exemplo de infraestrutura, equipamentos, proteção de bens, etc.). Ao ligarem as transferências monetárias (capital financeiro) às condicionalidades (capital humano ou físico), os PTCRs integram a perspectiva de pobreza multidimensional⁷ à perspectiva de pobreza monetária (já presente nas transferências de rendimentos⁸) (Barrientos, 2013; Gomes & Ayres, 2019; Ladhani & Sitter, 2018; Osorio, 2014).

Assim, percebem a pobreza e sua persistência através de um prisma de necessidades e vulnerabilidades e adotam uma estratégia de combate que fornece condições específicas e variadas (transferência de rendimento e condicionalidades de educação,

⁶Neste conceito elaborado por Barrientos (2013, p. 106), “capital” deve ser interpretado de uma forma mais ampla do que os “physical productive assets”, para ser entendido como “o potencial produtivo das famílias, incluindo ativos humanos, físicos e financeiros” (tradução nossa).

⁷A pobreza multidimensional compõe a discussão mais recente de definição de pobreza, desenvolvida por Amartya Sen, que diz: “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades” (Oliveira, 2012, p. 57). Ela percebe o fenómeno como sendo consequência de múltiplas privações de escolhas e oportunidades, a exemplo da falta de acesso a serviços de educação e/ou saúde, oportunidades económicas limitadas, falta de voz e representatividade, etc. (Barrientos, 2013). Essa visão de pobreza compreende o desenvolvimento como o livre exercício de escolha do indivíduo “de acordo com os padrões que ele mesmo define como aceitáveis” (Oliveira, 2018, p. 22-23).

⁸Para mais informações, ler item 2.1.

saúde e nutrição) para que os seus beneficiários desenvolvam capacidades (Barrientos, 2011, 2013; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2018). Em outras palavras, os PTCRs “(...) procuram responder à necessidade de aumentar o leque de capacidades disponíveis através da imposição de condicionalidades” (Oliveira, 2012, p. 57).

As condicionalidades representam uma “componente inovadora” dos programas de assistência social (De La O, 2018, p. 3; Oliveira, 2018; Osorio, 2014) pois têm o potencial de combater, ao mesmo tempo, a pobreza imediata (através das transferências monetárias) e a transmissão intergeracional da pobreza (por meio da acumulação de capital humano gerado pelo cumprimento das condicionalidades) (Barrientos, 2013; Gomes & Ayres, 2019; De La O, 2018; Ladhani & Sitter, 2018; Hanlon et al., 2012; Ladhani & Sitter, 2018; Oliveira, 2012; Osorio, 2014).

Os PTCRs promovem “(...) a acumulação de capital humano através de transferências de rendimento condicionadas à frequência escolar regular e visitas a centros públicos de saúde, onde as crianças recebem vacinas e exames regulares, e as mães participam de oficinas de treinamento em saúde e nutrição” (tradução nossa) (De La O, 2018, p. 3). O objetivo final desses programas é, portanto, “(...) garantir que crianças e jovens mais saudáveis e com melhor formação educacional possam adentrar o mercado de trabalho (na idade apropriada) numa posição de melhor acesso a oportunidades que não estiveram ao alcance de seus pais” (Gomes & Ayres, 2019, p. 11).

As condicionalidades geralmente contam com a aprovação dos contribuintes, garantindo mais apoio popular e político aos PTCRs (Barrientos, 2011). Elas podem ainda fortalecer a coordenação entre os atores envolvidos na implementação e financiamento dos programas e a definição de prioridades, fortalecendo o vínculo entre a transferência monetária e a utilização de serviços básicos (Barrientos, 2013; Gomes & Ayres, 2019). O termo “condicionalidade” tem sido ocasionalmente substituído por “corresponsabilidade” para abarcar a contrapartida estatal de não apenas cobrar o cumprimento das condições por parte dos beneficiários, mas também prover, na mesma medida, o aparato público necessário (serviços públicos, infraestrutura, etc.) para a garantia do cumprimento (Barrientos, 2011, 2013; Gomes & Ayres, 2019; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2018).

1.3. A FOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

A terceira característica marcante dos PTCRs é a focalização dos beneficiários (também nomeada pelos autores como segmentação ou direcionamento). Ela é um método adotado pelos PTCRs para identificar e selecionar potenciais destinatários das transferências, podendo utilizar uma ou mais estratégias combinadas, nomeadamente por seleção categórica, teste de meios, “proxy means test”, seleção/segmentação geográfica e/ou seleção comunitária⁹ (De La O, 2018; Gomes & Ayres, 2019; Ladhani & Sitter, 2018; Oliveira, 2018; Stampini & Tornarolli, 2012). Na América Latina, as mais utilizadas são os “proxy means tests” e a segmentação geográfica, por serem consideradas as “(...) mais eficazes de garantir que os programas atinjam suas metas pretendidas e alcancem a meta de redistribuição” (tradução nossa) (De La O, 2018, p. 30-31).

No entanto, nenhuma dessas metodologias é isenta de erros e, portanto, os PTCRs lidam com uma “(...) parcela de erros de exclusão ou inclusão de beneficiários”¹⁰ (Gomes & Ayres, 2019, p. 33). Isso inevitavelmente pode acarretar na “tragédia da seletividade” – quando uma parte do público-alvo não é alcançada pelos critérios e métodos de focalização, privando-a de apoio –, exigindo responsabilidade e rigor na seleção da(s) estratégia(s) de segmentação adotada(s) (Ladhani & Sitter, 2018; Lavers, 2022).

A focalização situa-se no debate entre os que defendem estratégias de combate à pobreza segmentadas dos que defendem estratégias universais¹¹. O principal argumento favorável à focalização é o potencial de concentração de recursos e maximização do impacto em um contexto de financiamento limitado (Lavers, 2022), enquanto o principal argumento contrário denuncia o “paradoxo da redistribuição” (no qual os programas universais provariam ser mais redistributivos) (Lavers, 2022).

1.4. A GRADUAÇÃO OU “PORTA DE SAÍDA”

A graduação ou “porta de saída” é a saída espontânea dos beneficiários de um PTCR, idealmente após conseguirem superar a condição de pobreza “(...) de forma sustentável e autônoma, de preferência criando um vínculo de acesso e uso dos serviços públicos visados pelas condicionalidades, com as crianças na escola e acessando serviços de

⁹ Para detalhamentos, ler Azevedo & Robles (2013), Ladhani & Sitter (2018) e Hanlon et al. (2012).

¹⁰ Erros de inclusão acabam por permitir que famílias inelegíveis entrem no programa. Erros de exclusão acabam por não admitir a entrada no programa de famílias elegíveis (no caso dos PTCRs, famílias pobres) (Ladhani & Sitter, 2018; Gomes & Ayres, 2019).

¹¹ Essa discussão é aprofundada no item 2.5.

saúde” (Gomes & Ayres, 2019, p. 31), mas há casos em que há um limite temporal para os beneficiários permanecerem no programa (Barrientos, 2013; Oliveira, 2012; Oliveira, 2018).

A graduação é um critério presente nos PTCRs com o objetivo de minimizar a possibilidade de dependência dos beneficiários (Barrientos, 2013; Oliveira, 2018), mas instiga debates, pois ao mesmo tempo que estabelece uma meta (a superação da condição de pobreza) também cria uma ruptura com o objetivo de longo prazo de acumulação de capital humano (Oliveira, 2012). Assim, para alguns críticos, a “porta de saída” refletiria uma visão estreita de proteção social, a qual desconsidera a construção de um “(...) sistema de proteção social que possa fornecer proteção, quando necessário, ao longo da vida” (tradução nossa) (Lavers, 2022, p. 11).

Barrientos (2013, p. 27) também lança luz sobre a relação entre a eficácia dos programas e a necessidade da existência de uma estrutura que forneça apoio após a graduação dos beneficiários. “Sem a devida consideração das intervenções de acompanhamento para ajudar as famílias graduadas a evitarem voltar à pobreza, a eficácia dos programas de assistência social será limitada” (tradução nossa).

1.5. CRÍTICAS ÀS TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS E OUTROS MODELOS DE PROGRAMAS

As transferências condicionadas, enquanto são creditadas¹² por aliviarem a pobreza nos PEDs, são criticadas por terem se tornado a principal via de combate à pobreza nesses países – quando deveriam compor uma estratégia mais ampla de proteção social. Elas são percebidas como uma solução para a pobreza meramente paliativa de curto e médio prazo, mas não como um meio definitivo de combatê-la.

Há uma ampla literatura que afirma que os PTCRs não consideram o impacto dos sistemas e estruturas que perpetuam a pobreza. Assim, são percebidos como políticas que não combatem estruturalmente a pobreza, mas perpetuam-na na medida em que não desafiam os processos macroeconómicos (liberalismo de mercado e padrões de riqueza e acumulação de capital, por exemplo), reproduzindo via de regra a lógica neoliberal (Ghosh, 2011; Ladhani & Sitter, 2018; Lavers, 2022; Oliveira & Bichir, 2021).

¹² Para evidências e resultados dos impactos dos PTCRs, ler o item 3.

Nas palavras de Ghosh (2011, p. 854), acabam por criar uma “visão bidimensional do pobre”, que percebe-se a habitar um mundo “em que sua pobreza não tem relação com um contexto social, político e económico mais amplo”. Segundo a autora, as abordagens políticas “que se abstraem dos processos estruturais, sistémicos e conjunturais que geram a pobreza” geram menos impactos positivos, e pior, continuam “a criar um processo de relativa miséria” (tradução nossa).

A focalização dos mais pobres como estratégia de combate à pobreza, presente nos PTCRs e amplamente recomendada pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), é por exemplo o ponto central desse debate uma vez que divide defensores de programas focalizados (destinados aos mais pobres, a exemplo das transferências de rendimento condicionadas ou incondicionadas¹³) e programas universais (destinados a todo e qualquer cidadão, a exemplo do rendimento mínimo universal¹⁴) (Gomes & Ayres, 2019; Ladhani & Sitter, 2018; Lavers, 2022; Oliveira, 2012).

Autores argumentam que no contexto dos PEDs, onde há um contingente elevado de pobreza, a universalização seria preferível à focalização, pois diminuiria os altos custos associados à segmentação do público-alvo (identificação, seleção e controlo) e evitaria “efeitos perversos”, como a divisão da sociedade e o aumento das desigualdades (Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2012).

De La O (2018) pontua que, em face da escala de cobertura dos PTCRs nos PEDs, estes podem ser considerados programas semi-universais, uma vez que são adaptados às necessidades de uma maioria. Independentemente do posicionamento pró ou contra políticas focalizadas, as evidências apontam que, por diversas razões, as transferências monetárias consolidaram-se desde a década de 1990 como principal estratégia de combate à pobreza nos PEDs¹⁵ (Barrientos & Villa, 2013; De La O, 2018; Hanlon et al., 2012; Ladhani & Sitter, 2018; Oliveira, 2012, 2018; Oliveira & Bichir, 2021; Osorio, 2014).

Além do debate focalização *versus* universalização, há uma série de críticas destinadas exclusivamente às condicionalidades. Os principais pontos têm a ver principalmente com os custos adicionais tanto para o agente implementador dos programas (investimentos em infraestrutura e processos de monitoração e avaliação, por

¹³ Para mais informações sobre as transferências condicionadas, ler o item 2.2. As transferências incondicionadas não exigem o cumprimento de condicionalidades e são motivadas pelo estímulo à autonomia e à liberdade dos beneficiários (Oliveira, 2012).

¹⁴ “Um rendimento pago pelo governo, com um nível uniforme e em intervalos regulares, a cada adulto membro da sociedade. O benefício é pago e os seus valores são fixos independentemente de a pessoa ser rica ou pobre, de viver sozinha ou com outras, e de estar disposta a trabalhar ou não” (Oliveira, 2012, p. 42).

¹⁵ Para mais informações, ler o item 3.

exemplo) quanto para os seus beneficiários (investimentos em tempo e recursos para garantir o cumprimento das exigências, etc.) (Barrientos, 2011, 2013; Ladhani & Sitter, 2018) até à “contradição moral” de oferecer uma proteção social como direito humano em troca de um “controle comportamental” dos beneficiários (Ladhani & Sitter, 2018).

Outras críticas mencionam a não garantia da qualidade dos serviços exigidos na prestação das condicionalidades e a sobrecarga e o reforço dos papéis tradicionais de género sobre as mulheres representantes familiares – responsáveis pelo recebimento dos benefícios e por garantir o cumprimento das condicionalidades (Ladhani & Sitter, 2018).

2. PTCRS NA AMÉRICA LATINA – EVOLUÇÃO E EXPANSÃO

2.1. BREVE HISTÓRICO

Os PTCRs consolidaram-se desde a década de 1990 como principal estratégia de combate à pobreza nos PEDs, principalmente na América Latina. A origem está na ascensão global das pautas da diminuição da desigualdade e do combate à pobreza no contexto dos PEDs¹⁶ após a década de 1980 – o que alguns autores chamam de “nova era de desenvolvimento global” ou “novo paradigma da pobreza, das políticas sociais ou emergente” (Barrientos, 2013; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2018; Osorio, 2014).

Num contexto de globalização, neoliberalismo, aumento da pobreza global e crises financeiras que arrastavam-se desde a década de 1980, os atores internacionais (países doadores de Ajuda Pública ao Desenvolvimento – APD, IFIs e OIs) deram-se conta de que as medidas que eles haviam adotado para promover o desenvolvimento dos PEDs (Consenso de Washington, APD, políticas de ajuste estrutural, liberalização dos mercados, privatização e reformulação do papel do Estado, etc.) não apenas fracassaram como agravaram a pobreza e a desigualdade (Barrientos, 2013; Hanlon et al., 2012; Oliveira, 2018; Osorio, 2014).

Entretanto, emerge uma alternativa no Sul global: as políticas de transferência monetária (Barrientos & Villa, 2013; De La O, 2018; Hanlon et al., 2012; Ladhani & Sitter,

¹⁶ O combate à pobreza, a assistência social e os programas de transferência de rendimentos são incluídos paulatinamente na agenda internacional das OIs e IFIs, a exemplo das discussões no âmbito da Cúpula das Nações Unidas (1995), dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além das recomendações do Banco Mundial e do FMI (Barrientos, 2013; Oliveira, 2018).

2018; Oliveira, 2012, 2018; Oliveira & Bichir, 2021; Osorio, 2014). “O paradigma da transferência de renda desafiou o modelo neoliberal ao atribuir um papel maior ao Estado e ao dar dinheiro a um grande número de pessoas pobres” (tradução nossa) (Hanlon et al., 2012, p. 25).

Na altura, as transferências de dinheiro não representavam uma novidade na agenda internacional (conforme já explicado, havia uma tradição nos PDs), mas eram inovadoras no contexto do Sul global, com programas a surgir na América Latina, na África Subsaariana e no Sudeste Asiático (De La O, 2018; Hanlon et al., 2012; Ladhani & Sitter, 2018; Oliveira, 2012, 2018; Oliveira & Bichir, 2021).

África do Sul, Brasil, China, Índia, Indonésia e México foram os primeiros a adotarem – países de renda-média “que podiam financiá-las com suas próprias receitas fiscais e estavam sob crescente pressão política para lidar com o agravamento da pobreza” (tradução nossa) (Hanlon et al., 2012, p. 174-175). Atualmente, estima-se que as transferências monetárias alcancem cerca de 1 bilhão de pessoas em 45 países em todo o mundo (Barrientos, 2013; Ladhani & Sitter, 2018).

Na América Latina, especificamente na década de 1990, o contexto político e socioeconómico era conturbado, ao vivenciar uma onda de estagnação económica, inflação alta, reformas macroeconómicas rigorosas e democratização em muitos países (como Brasil, Chile, Peru, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai). “Como consequência, as condições de vida de muitos latino-americanos se deterioraram” (tradução nossa) (De La O, 2018, p. 9), com porcentagens bastante altas da população pobre e indigente (por volta de 40%) e de níveis de desigualdade (sendo classificada pela Comissão Económica para a América Latina e o Caribe – Cepal – como a região menos equitativa do mundo) (De La O, 2018; Osorio, 2014).

Além disso, a maioria da população encontrava-se desempregada ou na informalidade (trabalhadores autónomos, sem contrato de trabalho, etc.), sem acesso à proteção social¹⁷ (Oliveira, 2018; De La O, 2018; Hanlon et al., 2012). Diante do contexto de crise em âmbito nacional, regional e internacional, o BID e o Banco Mundial, assim como várias OIs, passaram a recomendar aos países da América Latina a adoção de PTCRs (Ladhani & Sitter, 2018; Oliveira, 2012).

¹⁷ Segundo Barrientos (2013), a proteção social é entendida no contexto dos PDs como as políticas de seguro social, assistência social e mercado de trabalho, enquanto no contexto dos PEDs o entendimento é mais restrito ao combate à pobreza, incluindo os PTCRs.

2.2. EXPANSÃO DE PTCRS NA AMÉRICA LATINA

A expansão de PTCRs na América Latina é um tema bastante estudado (Barrientos & Villa, 2013; De La O, 2018; Lavers, 2022; Oliveira, 2012, 2018; Osorio, 2014; Oliveira & Bichir, 2021; Stampini & Tornarolli, 2012).

Estima-se que durante a primeira década do século XXI, o número de beneficiários de PTCRs na região mais que triplicou – de 38 milhões em 2001 para 129 milhões em 2010 (Stampini & Tornarolli, 2012). Num espaço de 10 anos, programas como o brasileiro Bolsa Família quase quadruplicou a sua capacidade de cobertura (de 16 milhões de beneficiários em 2003 para 58 milhões em 2013). Outros atingiram resultados ainda mais surpreendentes, como o colombiano *Familias en Acción*, que triplicou de tamanho em 5 anos (de 1,7 milhão de pessoas em 2003 para 5 milhões em 2008). Como resultado, em 2014, 18 dos 20 países da região haviam adotado PTCRs (Osorio, 2014).

Muitos autores elaboraram estudos que comprovam que a concentração massiva de PTCRs na região é resultado de um processo de difusão e transferência de políticas¹⁸ (De La O, 2018; Lavers, 2022; Oliveira, 2018; Osorio, 2014; Rios Franco, 2021).

Os autores mapearam diversas razões que facilitaram e motivaram a difusão e a transferência dos programas dentro da região: a concentração geográfica ou o “efeito vizinho”¹⁹ (Osorio, 2014), a existência de “comunidades epistémicas”²⁰ (Oliveira & Bichir,

¹⁸ A difusão é definida como “(...) um processo através do qual as escolhas políticas em um país afetam as feitas em um segundo país” (tradução nossa) (Oliveira, 2018, p. 26). A transferência é definida como um “(...) processo pelo qual o conhecimento sobre políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em um sistema político (presente ou passado) é usado no desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro sistema político” (tradução nossa) (Oliveira, 2018, p. 26). As duas abordagens são complementares e podem ser integradas (Oliveira, 2018), podendo ocorrer de modo simultâneo e paralelo (Oliveira, 2018), sendo a difusão um processo amplo, não direcionado, e a transferência um processo que pode ser pontual (com origem e destino específicos) e até ocorrer dentro do processo de difusão: “(...) ideias gerais sobre programas de transferência monetária circulam no plano internacional, mas instrumentos específicos, como sistemas de informação e monitoramento ou sistemas de pagamento, são transferidos” (Oliveira, 2018, p. 48).

¹⁹ O efeito vizinho é justamente a disseminação de uma ideia geograficamente entre os países que fazem fronteira entre si; uma pressão externa que influencia a tomada de decisão pela adoção de um PTCR. “(...) à medida que um país encontra mais vizinhos com CCTs, maior a probabilidade desse país seguir o exemplo” (tradução nossa) (Sugiyama, 2011, p. 260). CCT é a sigla para *Conditional Cash Transfer Programs*, a versão em inglês de PTCR.

²⁰ Segundo Oliveira e Bichir (2021, p. 214), as comunidades epistémicas são formadas por académicos, organizações da sociedade civil, consultores e representantes de OIs e IFIs e contribuem para a difusão e a transferência dos PTCRs “(...) por meio da discussão de ideias, da produção e disseminação de informação a respeito dos programas existentes, da facilitação do contato entre diferentes partes e por meio da atribuição de financiamentos, entre outros”. Osorio (2014, p. 12) complementa essa ideia ao dizer que a comunidade epistémica constrói um consenso “ (...) sobre os aspetos avaliativos e normativos do PTC” (tradução nossa) (PTC é a sigla para Programa de Transferência Condicionada, o mesmo que um PTCR). Ainda segundo Osorio (2014), os principais agentes de difusão dos PTCRs na

2021; Osorio, 2014), “redes de políticas públicas”²¹ (Rios Franco, 2021) e de uma “advocacia internacional”²² (Lavers, 2022) que confirmam a pertinência e a eficiência dos PTCRs (Osorio, 2014), além do partilhamento de condições domésticas similares (altos níveis de desigualdades combinadas ao PIB alto, processos de democratização, mobilização política, demandas redistributivas e expansão dos direitos sociais) (Lavers, 2022; Osorio, 2014).

Coincidentemente ou não, esse cenário de proliferação de PTCRs na América Latina situa-se em um período histórico de recuperação económica da região, em que pela primeira vez em décadas testemunhou-se a diminuição da pobreza e da desigualdade²³ (De La O, 2018). Não é possível afirmar até que ponto essa relação entre a situação macroeconómica da região e o impacto da adoção de PTCRs é causal ou meramente correlacional, mas há um consenso na literatura de que os resultados positivos²⁴ das avaliações dos programas²⁵ também foram fatores decisivos para impulsionar a disseminação dos PTCRs na América Latina, levando a “(...) uma mudança epistémica para uma política baseada em evidências” (tradução nossa) (Barrientos & Villa, 2013, p. 161; De La O, 2018; Oliveira, 2012).

Além de justificarem a adoção, a ampliação e a expansão dos PTCRs nos países latino-americanos, as avaliações de impacto geraram “(...) modificações no desenho dos

América Latina foram nomeadamente o Banco Mundial, o BID, a Cepal, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

²¹ As redes de políticas públicas em proteção social são arranjos que promovem a troca de informações, debates, persuasão e busca por soluções e respostas políticas “(...) e visam divulgar informações sobre políticas inovadoras que estão sendo adotadas em outros lugares”, incentivando a “(...) troca voluntária e aprendizado mútuo entre os formuladores de políticas” (Rios Franco, 2021, p. 200).

²² Incentivada por OIs e doadores bilaterais, “(...) que enquadraram instrumentos políticos específicos como solução para a pobreza e, mais especulativamente, a base de novos contratos sociais entre estados e seus cidadãos” (tradução nossa) (Lavers, 2022, p. 7).

²³ No período de 1992 a 2009, a população que vivia com menos de US\$ 2,50 por dia diminuiu de 28% para 16% e a população que vivia com menos de US\$ 4 diminuiu de 44% para 30%. Entre 2000 e 2007, o coeficiente de Gini – medida económica de desigualdade na distribuição de renda, que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0 mais equitativo é um país ou região – diminuiu em média 1,1% ao ano em ao menos 12 países da América Latina (De La O, 2018).

²⁴ As avaliações evidenciaram impactos positivos dos PTCRs na melhoria da situação socioeconómica e na maximização do bem-estar das famílias beneficiárias (Barrientos, 2013; De La O, 2018; Ladhani & Sitter, 2018; Oliveira, 2018; Osorio, 2014; Oliveira, 2012).

²⁵ Na América Latina, aplicaram-se métodos experimentais e quasi-experimentais de avaliação de impacto dos programas. A primeira avaliação foi encomendada antes mesmo da implementação do primeiro PTCR da região, o Progreso, do México, ao International Food Policy Research Institute (IFPRI). De lá para cá, observa-se uma crescente institucionalização dos processos de avaliação de impacto nos países latino-americanos, a exemplo do *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (Coneval) – agência governamental mexicana especializada na avaliação de programas (Barrientos & Villa, 2013).

programas, orientaram as decisões sobre sua expansão, permitiram sua sobrevivência diante das mudanças de governos e geraram interesse em replicá-los internacionalmente” (tradução nossa) (Osorio, 2014, p. 38).

2.3. PAÍSES LATINO-AMERICANOS QUE ADOTARAM PTCRS

Conforme já referido, dos 20 países da América Latina classificados pela Cepal²⁶, 18 implementaram PTCRs desde o início da onda de expansão desses programas na região, na década de 1990 (Figura 2): Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Apenas Cuba e Venezuela não desenvolveram programas do tipo²⁷ (Osorio, 2014; Oliveira, 2018).

²⁶ Nomeadamente, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (Osorio, 2014).

²⁷ Cuba possui um “(...) sistema compreensivo de proteção social” e a Venezuela possui um “(...) conjunto de programas de assistência aos mais vulneráveis e de combate à pobreza conhecido por *Misiones*” (Oliveira, 2018, p. 66).



Figura 1: Ano de introdução dos PTCRs nos diversos países da América Latina (1990-2010). Fonte: Elaborado pela autora com base em Osorio, 2014; ECLAC, 2016; Stampini & Tornarolli, 2012.

Os primeiros países a adotarem projetos-piloto de PTCRs na região foram o México e o Brasil (ambos em 1995) (Osorio, 2014; Stampini & Tornarolli, 2012). No caso mexicano, o *Progres*a foi introduzido em 1997 em nível nacional e é conhecido como o primeiro PTCR da América Latina – renomeado *Oportunidades* entre 2001 e 2014 (Stampini & Tornarolli, 2012). O programa foi substituído em 2014 pelo *Prospera* e novamente em 2019 pelo *Becas para el Bienestar Benito Juárez* (ECLAC, 2016).

No caso brasileiro, os dois primeiros programas foram adotados em nível local (Bolsa Escola, em Brasília, e o Programa de Garantia de Renda Mínima, em Campinas), seguido dos programas nacionais Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de 1996, Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, ambos de 2001 a 2003. Os três programas nacionais foram agregados ao Programa Bolsa Família (PBF) em 2003. Em 2021, o PBF foi sucedido pelo Auxílio Brasil (Lei nº 14284/2021 de 29 de Dezembro da Presidência da República do Brasil, 2021; ECLAC, 2016; Stampini & Tornarolli, 2012).

Na sequência, foram Honduras (*Programa Asignación Familiar – PRAF*, de 1998 a 2009, substituído pelo *Bono 10.000* em 2010 – renomeado *Bono Vida Mejor* em 2015), Nicarágua (*Red de Protección Social*, de 2000 a 2006), Costa Rica (*Superémonos*, de 2000 a 2002, *Avancemos*, em 2006, e *Creemos*, em 2019), Colômbia (*Familias en Acción*, em 2001), Chile (*Chile Solidario*, de 2002 a 2017, substituído em 2012 pelo *Ingreso Ético Familiar – IEF*), Argentina (*Jefas y Jefes de Hogar Desocupados*, de 2002 a 2005, sucedido pelo *Familias por la Inclusión Social*, de 2005 a 2010, e substituído pelo *Asignación Universal por Hijo para Protección Social* em 2009) e Equador (*Bono de Desarrollo Humano*, em 2003) (De La O, 2018; Osorio, 2014; ECLAC, 2016; Stampini & Tornarolli, 2012).

A partir da segunda metade da década de 2000, foram El Salvador (*Red Solidaria*, em 2005, renomeado *Comunidades Solidarias Rurales y Urbanas* em 2009), República Dominicana (*Solidaridad*, de 2005 a 2012, substituído pelo *Progresando con Solidaridad – ProSoli* em 2012), Paraguai (*Tekoporã* e *Abrazo*, ambos em 2005), Peru (*Juntos*, em 2005), Uruguai (*Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social – PANES*, de 2005 a 2007, substituído pelo *Asignaciones Familiares* em 2008), Panamá (*Red de Oportunidades – RdO*, em 2006), Bolívia (*Bono Juancito Pinto*, em 2006), Guatemala (*Mi Familia Progresá – MIFAPRO*, de 2008 a 2011, renomeado em 2012 como *Mi Bono Seguro/Bono Social*) e Haiti (*Ti Manman Cheri*, em 2012) (De La O, 2018; Osorio, 2014; ECLAC, 2016; Stampini & Tornarolli, 2012).

Entre 1990 e 2020, a América Latina viu surgir 32 PTCRs nacionais relacionados a condicionalidades de saúde, educação e alimentação (Tabela I) (De La O, 2018; Oliveira, 2018; Osorio, 2014; ECLAC, 2016; Stampini & Tornarolli, 2012). Após 30 anos, a maioria dos programas (18) mantêm-se em funcionamento, principalmente aqueles que foram criados entre a segunda metade dos anos 2000 e a segunda metade dos anos 2010 (14) (Tabela 1).

Tabela I – PTCRs adotados nos países da América Latina, por ano de criação e encerramento (1990-2020)

	Programa	Criação	Encerramento	País
1.	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	1996	2003	Brasil
2.	<i>Progresá</i> (renomeado <i>Oportunidades</i> em 2001)	1997	2014	México
3.	<i>Programa Asignación Familiar (PRAF)</i>	1998	2009	Honduras
4.	<i>Red de Protección Social</i>	2000	2006	Nicarágua
5.	<i>Superémonos</i>	2000	2002	Costa Rica
6.	Bolsa Escola	2001	2003	Brasil

7.	Bolsa Alimentação	2001	2003	Brasil
8.	<i>Familias en Acción</i>	2001	Em curso	Colômbia
9.	<i>Jefas y Jefes de Hogar Desocupados</i>	2002	2005	Argentina
10.	<i>Chile Solidario</i>	2002	2017	Chile
11.	Programa Bolsa Família (PBF)	2003	2021	Brasil
12.	<i>Bono de Desarrollo Humano</i>	2003	Em curso	Equador
13.	<i>Solidaridad</i>	2005	2012	República Dominicana
14.	<i>Red Solidaria</i> (renomeado <i>Comunidades Solidarias Rurales y Urbanas</i> em 2009)	2005	Em curso	El Salvador
15.	<i>Tekoporâ</i>	2005	Em curso	Paraguai
16.	<i>Abrazo</i>	2005	Em curso	Paraguai
17.	<i>Juntos</i>	2005	Em curso	Peru
18.	<i>Familias por la Inclusión Social</i>	2005	2010	Argentina
19.	<i>Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social</i> (Panes)	2005	2007	Uruguai
20.	<i>Red de Oportunidades (RdO)</i>	2006	Em curso	Panamá
21.	<i>Avancemos</i>	2006	Em curso	Costa Rica
22.	<i>Bono Juancito Pinto</i>	2006	Em curso	Bolívia
23.	<i>Mi Familia Progresá (Mifapro)</i> (renomeada <i>Mi Bono Seguro/Bono Social</i> em 2012)	2008	Em curso	Guatemala
24.	<i>Asignaciones Familiares</i>	2008	Em curso	Uruguai
25.	<i>Asignación Universal por Hijo para Protección Social</i>	2009	Em curso	Argentina
26.	<i>Bono 10.000</i> (renomeado <i>Bono Vida Mejor</i> em 2015)	2010	Em curso	Honduras
27.	<i>Ingreso Ético Familiar - IEF</i>	2012	Em curso	Chile
28.	<i>Ti Manman Cheri</i>	2012	Em curso	Haiti
29.	<i>Progresando con Solidaridad - ProSoli</i>	2012	Em curso	República Dominicana
30.	<i>Prospera</i>	2014	2018	México
31.	<i>Creceamos</i>	2019	Em curso	Costa Rica
32.	<i>Becas para el Bienestar Benito Juárez</i>	2019	Em curso	México

Elaborado pela autora com base em De La O, 2018; Oliveira, 2018; Osorio, 2014; ECLAC, 2016; Stampini & Tornarolli, 2012.

Os PTCRs da região não foram apenas mantidos, como foram expandidos, o que levou a um aumento significativo na cobertura de 700% na região – de 13,4 milhões de beneficiários em 2000 para mais de 100 milhões a partir de 2009 (Figura 3). O Programa Bolsa Família foi o maior PTCR da região, atingindo 58 milhões de beneficiários em

2012, seguido pelos programas mexicanos *Becas para el Bienestar Benito Juárez*, com 44 milhões de pessoas em 2019, e *Prospera*, com 28 milhões de beneficiários em 2016.

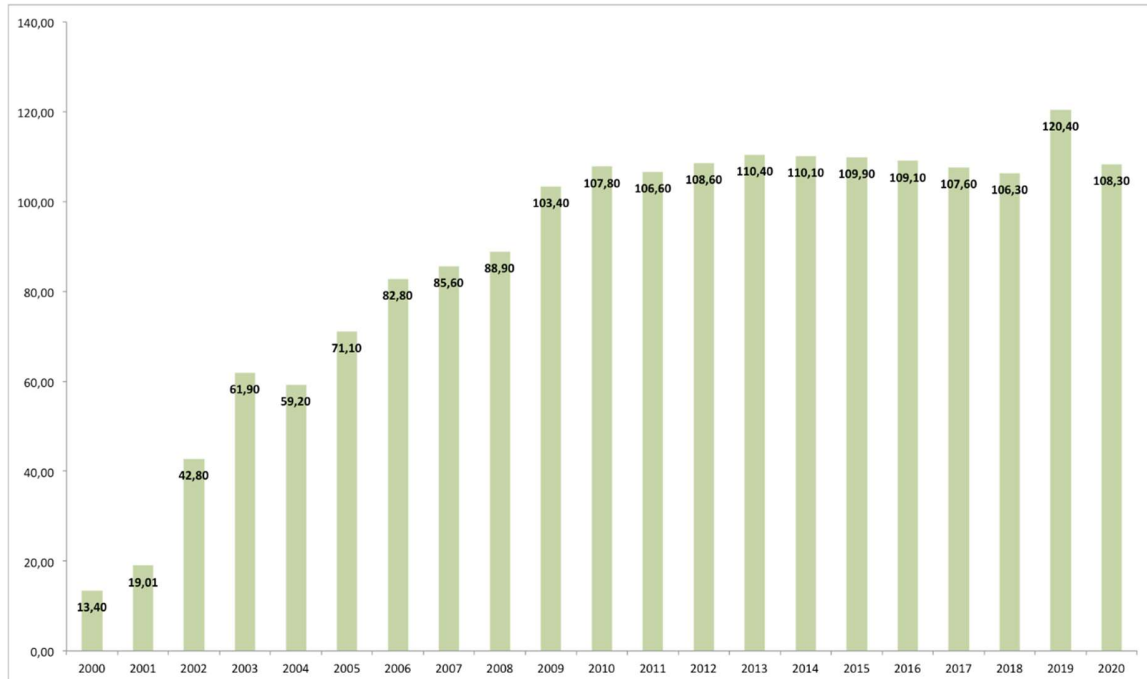


Figura 2: Expansão da cobertura dos PTCRs adotados na América Latina (2000-2020), em milhões. Fonte: Elaborado pela autora com base em DPI2020, 2020; ECLAC, 2016.

3. A ADOÇÃO DE PTCRS E A VIRAGEM À ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA – PERSPETIVA HISTÓRICA E CENÁRIO POLÍTICO

3.1. BREVE HISTÓRICO

É consenso na literatura que os países latino-americanos partilham a escolha de combater a pobreza e a desigualdade por meio de PTCRs desde a década de 1990. É curioso, portanto, tentar perceber como 18 países (e seus governos) escolheram surfar a mesma onda de difusão desse tipo de política pública nos últimos 30 anos, resultando em 32 programas. Uma pista, explorada por este trabalho como hipótese de investigação, chama atenção para uma outra onda sem precedentes que tomou a

região no início deste século: a vitória eleitoral de candidatos presidenciais de orientação política à esquerda.

A viragem do século XXI representou uma “viragem à esquerda” para a América Latina (Carnes & Mares, 2010; Castañeda, 2006; Levitsky & Roberts, 2011; Murillo, Oliveros e Vaishnav, 2008; Sátyro et al., 2019), com pelo menos 8 governos de esquerda eleitos. Em 2009, quase dois terços dos países da região estavam sob lideranças de esquerda (Levitsky & Roberts, 2011).

A sua origem é derivada de múltiplos fatores. Historicamente, à falência do modelo neoliberal que imperou na região na década de 1990, incentivado pelo Consenso de Washington em torno do livre mercado e de reformas estruturais. As políticas neoliberais contaram inicialmente com amplo apoio público devido ao controlo da inflação e da integração da região nos circuitos comerciais e financeiros globais, mas viram esse apoio erodir devido à recessão económica de 1998-2002.

A crise fez com que a América Latina mergulhasse num crescimento económico per capita negativo, em crises financeiras periódicas e no aprofundamento das desigualdades sociais e económicas (aumento das taxas de desemprego e de pobreza, principalmente) (Levitsky & Roberts, 2011, p. 7-9; Sátyro et al., 2019).

Esse cenário de crise e desigualdade instigou “a mobilização da oposição” contra os governos conservadores de centro-direita da região e as suas políticas neoliberais pró-mercado (Levitsky & Roberts, 2011, p. 3). Soma-se à queda gradual dos governos de centro-direita o “boom das commodities”, que promoveu uma melhora na balança fiscal e comercial após 2002, fornecendo os recursos e o espaço político para governar à esquerda (Levitsky & Roberts, 2011, p. 10; Murillo, Oliveros & Vaishnav, 2008, p. 2).

A esquerda latino-americana tem origem em movimentos que se inspiram no marxismo como referente ideológico e no socialismo como modelo de desenvolvimento. Historicamente, posiciona-se como uma alternativa aos modelos capitalistas de desenvolvimento, mas entrou em choque com a crise do marxismo na década de 1980, quando passa a redefinir-se de uma forma mais ampla, moderada e ambígua, assumindo agendas comprometidas com a democracia, a transformação social, a igualdade, a justiça social, a participação popular etc., mas com uns mais dispostos do que outros a “romper com a ortodoxia neoliberal” (Levitsky & Roberts, 2011, p. 3-4).

Essa ampliação do significado da esquerda na América Latina tornou, portanto, a “viragem à esquerda” uma experiência complexa e variada²⁸ (Levitsky & Roberts, 2011; Murillo, Oliveros & Vaishnav, 2008; Sátyro et al., 2019), com governos a usar o poder do Estado para regular mercados e redistribuir renda enquanto mantêm políticas macroeconómicas relativamente ortodoxas e constituições democráticas liberais – o que Levitsky e Roberts (2011) classificam como “liberalismo social” – uma mistura de políticas fiscais, monetárias e comerciais ortodoxas com políticas sociais redistributivas.

3.2. A ADOÇÃO DE PTCRS E O CENÁRIO POLÍTICO LATINO-AMERICANO

O *left turn* testemunhado pela América Latina representou mais do que uma troca de governantes: promoveu uma mudança na governação da região, que passou de um cenário de políticas conservadoras pró-mercado para “(...) uma nova era de experimentação de políticas na qual os governos expandiram seus esforços redistributivos e desenvolvimentistas e papéis de bem-estar social” (Levitsky & Roberts, 2011, p. 1-2), adotando políticas estatais e novos programas sociais, como os PTCRs.

Segue-se um resumo da evolução dos 32 PTCRs implementados por 18 países latino-americanos e seus governos, cujas orientações políticas foram identificadas pelas iniciais D (direita), C (centro), E (esquerda), NA (não aplicável) e SI (sem informação)²⁹.

Argentina: o primeiro PTCR argentino, o *Jefas y Jefes de Hogar Desocupados*, foi criado em 2002, no último ano do governo de Eduardo Duhalde (D), para atender famílias em risco social com crianças e jovens até 18 anos, deficientes e/ou grávidas na sua composição. Contava com apoio financeiro do BID. Foi mantido pelo sucessor Néstor Kirchner (E) e, em 2005, foi substituído pelo *Familias por la Inclusión Social*, que agregava dois novos componentes (promoção e participação social) à transferência monetária. Em 2007, Cristina Kirchner (E) assumiu a presidência e dobrou a cobertura do programa até 2009, quando foi substituído pelo *Asignación Universal por Hijo para Protección Social*.

Pela primeira vez, um PTCR argentino foi financiado integralmente com recursos públicos. Durante o segundo mandato de Cristina Kirchner (E), entre 2011 e 2015, o

²⁸ Para uma tipologia dos governos de esquerda latino-americanos, consultar Castañeda (2006), Levitsky e Roberts (2011) e Murillo, Oliveros e Vaishnav (2008).

²⁹ Essa classificação foi extraída da base de dados *2020 Database of Political Institutions* (DPI2020, 2020), do BID. Os detalhes estão descritos na metodologia (item 5.1).

programa agregou um subsídio para grávidas e um auxílio escolar e estabilizou a sua cobertura média em 8% da população argentina. Ele está em funcionamento, totalizando sete categorias de transferência, e tem sido mantido desde então pelo sucessor Maurício Macri (D) e pelo atual presidente Alberto Fernández (E) (Medeiros & Amorim, 2018; Sátyro et al., 2019; ECLAC, 2016).

Brasil: o primeiro PTCR brasileiro, PETI, foi criado em 1996, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (E) para atender famílias com crianças e jovens menores de 16 anos em situação de trabalho infantil. Em 2001, dois anos antes de encerrar o segundo mandato, FHC (E) criou outros dois PTCRs, Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, para atender famílias em situação de pobreza extrema. No primeiro ano de implementação, o Bolsa Escola cobria 15 milhões de pessoas. Em 2003, no primeiro ano do mandato de Lula da Silva (E), os três programas referidos foram agregados ao Bolsa Família (PBF), com apoio financeiro do Banco Mundial, para atender famílias pobres e extremamente pobres.

O PBF existiu de 2003 a 2020, sobrevivendo aos dois mandatos de Lula da Silva (E), aos dois mandatos de Dilma Rousseff (E), ao governo de Michel Temer (C) e ao de Jair Bolsonaro (D). Abarcava oito categorias de transferências e foi o PTCR com a maior cobertura da América Latina. O pico de cobertura foi atingido em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff (E), quando incorporou um benefício específico para os extremamente pobres, chegando a 58 milhões de beneficiários – mas, em linhas gerais, todos os governos mantiveram taxas altas de cobertura, acima dos 25% da população. Em 2021, o presidente atual, Jair Bolsonaro (D), substituiu o PBF pelo Auxílio Brasil (Lei nº 14284/2021 de 29 de Dezembro da Presidência da República do Brasil, 2021; Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Bolívia: o único PTCR boliviano foi criado na “segunda vaga” de difusão desse tipo de política na região. Em 2006, Evo Morales (E) criou com recursos nacionais, no primeiro ano do seu primeiro mandato, o Bono Juancito Pinto, para atender crianças e adolescentes que frequentam o ensino básico. A cobertura do programa foi alargada gradualmente: a partir de 2008, passou a cobrir o 2º ano do ensino secundário, até chegar à conclusão do ensino secundário, a partir de 2014. O número de beneficiários dobrou desde a criação do programa, alcançando 20% da população boliviana, e mantém-se no governo atual, de Luis Arce (E). Em 2020, incluiu um componente de transferência para enfrentar os efeitos da pandemia da Covid-19 (ECLAC, 2016).

Chile: o primeiro PTCR chileno, o *Chile Solidario*, foi criado em 2002, no governo de Ricardo Lagos (E), com recursos próprios, para atender famílias em situação de

vulnerabilidade socioeconómica. Foi mantido pelos primeiros governos de Michelle Bachelet (E) e de Sebastián Piñera (C), recebendo incrementos em ambos. Bachelet (E) integrou o programa ao sistema de proteção social e a outros programas estatais já existentes. Já Piñera (C) incorporou novos componentes de transferência para famílias em extrema pobreza, dobrando a cobertura no fim do seu governo. Em 2012, Piñera (C) inaugurou mais um PTCR, o *Ingreso Ético Familiar* (IEF), que combina transferências condicionadas com incondicionais, estende o benefício a crianças e idosos e aumenta o tempo limite de participação de 2 para 5 anos.

Os dois programas coexistiram até o fim do segundo governo de Michelle Bachelet (NA), quando o *Chile Solidario* atingiu o pico de cobertura, beneficiando mais de 20% da população chilena. Em 2017, o *Chile Solidario* foi substituído definitivamente pelo IEF já no segundo governo de Piñera (NA)³⁰. Tem mantido desde então uma taxa de cobertura baixa em comparação com o programa anterior – em média 5% da população chilena. O IEF está em funcionamento, com 14 componentes distintos de transferência e incluiu subsídios e bonos extraordinários durante a pandemia da Covid-19 para conter os efeitos socioeconómicos do isolamento social (Medeiros & Amorim, 2018; Sátyro et al., 2019; ECLAC, 2016).

Colômbia: o único PTCR colombiano, *Familias en Acción*, foi criado na “primeira vaga” de difusão desse tipo de política na região, em 2001, no governo de Andrés Pastrana Arango (D), com recursos nacionais, do Banco Mundial e do BID. Ele foi mantido durante os dois mandatos de Álvaro Uribe (SI) e de Juan Manuel Santos (SI) e no governo de Iván Duque (D), e segue ativo³¹. Atende famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade e indígenas com filhos até 18 anos. No segundo mandato de Uribe (SI), o programa foi incorporado ao sistema integrado de oferta pública *Red Unidos* e ampliado aos centros urbanos e populações indígenas, atingindo um pico de cobertura em 2009 (5 milhões de pessoas ou 11% da população colombiana) (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Costa Rica: o primeiro PTCR costa-riquenho, o *Superémonos*, foi também um dos primeiros da região. Foi criado em 2000 no governo de Miguel Ángel Rodríguez (D) para prevenir o abandono escolar de crianças entre 6 e 18 anos em situação de pobreza. Contava com apoio financeiro do BID, mas só durou 2 anos, sendo descontinuado em

³⁰ O atual presidente do Chile é Gabriel Boric, eleito em 2022. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

³¹ O atual presidente da Colômbia é Gustavo Petro, eleito em 2022. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

2002 pelo governo de Abel Pacheco (D). Em 2006, o governo de Óscar Arias Sánchez (E) lança um programa similar, o *Avancemos*, focalizado na população entre 12 e 25 anos.

O *Avancemos* contava com recursos nacionais e começou com o dobro de beneficiários do *Superémonos*, mantendo a taxa média de cobertura por volta dos 4% da população costa-riquenha ao longo de todos os governos subsequentes até os dias atuais, nomeadamente, Laura Chinchilla (E), Luis Guillermo Solís (E) e Carlos Alvarado (E)³². Este último inaugurou no seu primeiro ano de governo, em 2019, outro PTCR na Costa Rica com recursos nacionais, o *Creceamos*, para abarcar as crianças pobres e extremamente pobres que frequentam o ensino primário. Mantém taxas de cobertura similares às do *Avancemos* (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Equador: o único PTCR equatoriano³³, *Bono de Desarrollo Humano*, surgiu em 2003 durante o governo de Lucio Gutiérrez (SI) para atender famílias em extrema pobreza com crianças menores de 16 anos, idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência. Contou com apoio do BID e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e já no primeiro ano de implementação garantiu uma ampla cobertura de aproximadamente 9% da população.

Foi mantido ao longo dos governos de Alfredo Palacio (SI), dos três mandatos de Rafael Correa (E) e de Lenín Moreno (E)³⁴, atingindo o pico de cobertura em 2011, no segundo mandato de Correa (E) – quando chegou a 12% da população. A partir do terceiro mandato de Correa (E), o percentual de cobertura reduziu-se a 6% da população e manteve-se nessa média também no governo de Moreno (E). Hoje é mantido exclusivamente com recursos públicos, oferece quatro componentes de transferências e está vinculado a programas de microcrédito, de formação profissional e de proteção a emergências e desastres naturais (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

El Salvador: o único PTCR salvadorenho, *Red Solidaria*, foi criado em 2005, no segundo ano do governo de Antonio Saca (D), para atender famílias em pobreza extrema com crianças e adolescentes menores de 21 anos e/ou grávidas que residam em municípios com pobreza extrema severa e alta. Recebe apoio financeiro do Banco Mundial, BID e outras fontes bilaterais e multilaterais. No governo de Mauricio Funes (E), ampliou a

³² O atual presidente da Costa Rica é Rodrigo Chaves, eleito em 2022. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

³³ Antes do *Bono de Desarrollo Humano*, o Equador teve um programa de transferências monetárias incondicionais chamado *Bono Solidario*.

³⁴ O atual presidente do Equador é Guillermo Lasso, eleito em 2021. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

cobertura ao incluir beneficiários residentes em assentamentos precários urbanos, sendo renomeado *Comunidades Solidarias Rurales y Urbanas*. Está ativo até hoje, sendo mantido durante os governos de Salvador Sánchez (E) e de Nayib Bukele (D) – atual presidente, mas as taxas de cobertura mantiveram-se abaixo de 2% da população. Possui cinco componentes de transferências, incluindo programas de microcrédito e capacitação e de apoio à gestão local (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Guatemala: o único PTCR guatemalteco, *Mi Familia Progresá (MIFAPRO)*, foi um dos últimos a serem criados na região, em 2008, durante o governo de Álvaro Colom (E). É voltado a famílias em situação de pobreza extrema com crianças e adolescentes menores de 15 anos e gestantes em sua composição. O programa é financiado com recursos públicos, mas recebe assistência técnica do BID e de outros organismos multilaterais e agências de desenvolvimento. No último ano do mandato de Colom (E), atingiu o pico de cobertura, alcançando 37% da população do país.

Em 2012, no primeiro ano de governo de Otto Pérez Molina (D), foi renomeado *Mi Bono Seguro/Bono Social* e manteve-se no governo subsequente, de Jimmy Morales (D), quando reduziu a cobertura para uma média de 10% da população. O programa mantém-se no governo atual de Alejandro Giammatei (D) e a taxa de cobertura aumentou ligeiramente para 12% da população (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Haiti: o último PTCR a surgir na América Latina no período analisado por este estudo foi o haitiano. O *Ti Manman Cheri* foi criado em 2012, no segundo ano do governo de Michel Martelly (D), com foco na escolarização de crianças que vivem em extrema pobreza e frequentam entre a 1ª a 6ª série em escola pública ou escola comunitária. No penúltimo ano do governo de Martelly (D), em 2015, o programa incluiu ao componente monetário o apoio ao microcrédito para atividades produtivas. A cobertura do programa expandiu sete vezes durante o governo do sucessor Jovenel Moise (C)³⁵. O programa conta com recursos públicos e do *Fondo de Desarrollo PetroCaribe*, de origem venezuelana (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Honduras: O PTCR hondurenho *Programa Asignación Familiar (PRAF)* foi o terceiro da América Latina. Criado em 1998 pelo governo de Carlos Flores (D), atendia famílias extremamente pobres com crianças até 12 anos e/ou grávidas e lactantes na sua composição. Oferecia sete componentes de transferências e era financiado com

³⁵ Jovenel Moise foi assassinado em 2021. Desde então, o primeiro-ministro, Ariel Henry, assume como presidente interino. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

recursos públicos e do BID. A cobertura do programa foi expandida durante os governos de Ricardo Maduro (D) e Manuel Zelaya (D) – este último integrou o programa à *Red Solidaria* (iniciativa de articulação intersectorial das prestações públicas).

Em 2010, no primeiro ano de governo de Porfirio Lobo Sosa (D), o programa foi substituído pelo *Bono 10.000* e passou a atender também as famílias em situação de pobreza. Essa ampliação no público-alvo fez a cobertura dobrar já no segundo ano de implementação do novo programa. Em 2015, no primeiro mandato de Juan Orlando Hernández (D)³⁶, o programa foi renomeado *Bono Vida Mejor*. O atual programa está ativo e oferta quatro componentes de transferências. É articulado a programas sociais de emprego, renda e poupança familiar. É financiado com recursos públicos, do BID, do Banco Mundial e do Banco Centroamericano de Integração Económica (BCIE) (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

México: o *Progresá* foi o primeiro PTCR em nível nacional da América Latina. Foi criado em 1997 durante o governo de Ernesto Zedillo (C) para atender famílias em situação de pobreza alimentar residentes em zonas rurais. Contava com recursos públicos e do Banco Mundial e já no primeiro ano de implementação alcançava 13% da população mexicana (13 milhões de beneficiários). No governo seguinte, de Vicente Fox (D), foi renomeado *Oportunidades* e ampliado para áreas semi-urbanas e urbanas, chegando a 23% da população em 2004 (24 milhões de pessoas). Também foram adicionados novos componentes de transferência.

A cobertura do *Oportunidades* estabilizou-se numa média de 20% da população mexicana entre os governos de Felipe Calderón (D) e Enrique Peña Nieto (C). Nos últimos anos do programa, foram incorporadas novas transferências, totalizando 10 componentes, e integrações a outros programas, como o *Programa de Apoio Alimentar*. Em 2014, Enrique Peña Nieto (C) substituiu o *Oportunidades* pelo novo programa *Prospera*, que incluía componentes de transferência incondicionais e integração com outros programas sociais nas áreas de serviços básicos, habitação e segurança social, totalizando 14 componentes.

Em 2019, no segundo ano do atual governo de López Obrador (E), o *Prospera* foi substituído pelo *Becas para el Bienestar Benito Juárez*. O novo programa conta apenas com recursos públicos e agregou, aos beneficiários do *Prospera*, as famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças e adolescentes que frequentam a educação

³⁶ A atual presidente de Honduras é Xiomara Castro, eleita em 2022. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

primária e secundária. Essa ampliação na cobertura fez com que o novo programa chegasse a 34% da população mexicana no primeiro ano de implementação (44 milhões de pessoas). O *Becas para el Bienestar Benito Juárez* segue ativo (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Nicarágua: A Nicarágua é o único país desta amostra que não tem mais um PTCR. O *Red de Protección Social* foi um dos primeiros PTCRs a existir na região. Foi criado em 2000 pelo governo de Arnaldo Alemán (D) e foi mantido e ampliado pelo governo de Enrique Bolaños (SI), mas tinha uma cobertura baixa – menos de 2% da população. Contava com recursos públicos, do BID e do BCIE e atendia famílias em situação de pobreza extrema, ofertando seis componentes de transferências. Foi encerrado em 2006 pelo governo de Daniel Ortega (E) – atual presidente – e substituído por programas de orientação produtiva (agricultura e comercialização de produtos) e melhoria alimentar e nutricional (Hambre Cero e Usura Cero) (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Panamá: o único PTCR panamenho, *Red de Oportunidades (RdO)*, foi criado em 2006 pelo governo de Martín Torrijos (SI) para atender famílias em situação de pobreza extrema. Contava apenas com recursos públicos e oferecia três componentes de transferências, um deles voltado exclusivamente para áreas rurais e indígenas (*Programa de Bonos Familiares para la Compra de Alimentos*). O programa manteve a sua taxa média de cobertura em torno de 7% nos governos seguintes, nomeadamente, de Ricardo Martinelli (SI) e Juan Carlos Varela (SI). O programa segue ativo no atual governo, de Laurentino Cortizo (SI) (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Paraguai: o Paraguai, juntamente com a Costa Rica, são os únicos países latino-americanos com mais de um PTCR em funcionamento. Os programas *Tekoporâ* e *Abrazo* foram criados em 2005, pelo governo de Nicanor Duarte (D). O primeiro recebeu recursos do Banco Mundial, do BID, da *Entidad Binacional Yacyreta*, do Paraguai, e de APD de Taiwan, e desde 2011 conta exclusivamente com recursos públicos. Atende famílias em situação de pobreza extrema com grávidas, viúvos com filhos, crianças e adolescentes até os 18 anos e deficientes em sua composição, além de famílias indígenas. Oferece seis componentes de transferências. O segundo, *Abrazo*, recebe recursos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e é voltado para famílias extremamente pobres com crianças e adolescentes até os 17 anos em situação de trabalho infantil. Oferta cinco componentes de transferências.

Ambos os programas foram mantidos pelos governos subsequentes, nomeadamente, de Fernando Lugo (E), Federico Franco (E), Horacio Cartes (D) e Mario Abdo Benítez (D). Com relação à cobertura, o *Tekoporâ* teve a capacidade aumentada em seis vezes

durante o governo de Lugo (E). Em 2012, Franco (E) incorporou famílias indígenas ao programa, que seguiu em expansão, atingindo picos de cobertura (11% da população paraguaia) em 2015 e em 2019, nos governos de Cartes (D) e Benítez (D). O *Abrazo*, na contramão, manteve sempre a média de cobertura em menos de 1% da população (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Peru: o único PTCR peruano, *Juntos*, foi criado em 2005 pelo governo de Alejandro Toledo (C) com recursos públicos e do BID para atender famílias em situação de pobreza extrema, risco e exclusão social, com grávidas, viúvos com filhos e crianças e adolescentes até 14 anos em sua composição, além de famílias indígenas da região amazônica. Em 2007, no governo de Alan García (E), o programa foi integrado à *Estrategia Nacional Crecer*, passando a formar o sistema de proteção social do país e oferecer aos seus beneficiários acesso a outros programas. A cobertura também foi ampliada e seguiu em expansão durante o governo de Ollanta Humala (E).

Em 2014, Humala (E) ampliou a idade dos adolescentes beneficiários até 19 anos, levando ao pico de cobertura do programa nesse ano (aproximadamente, 6% da população peruana). A cobertura do *Juntos* manteve-se com a taxa média de 5% da população nos governos subsequentes de Pedro Pablo Kuczynski (C) e Martín Vizcarra (C)³⁷ e segue em funcionamento (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

República Dominicana: o primeiro PTCR dominicano foi o *Solidaridad*, criado em 2005 pelo governo de Leonel Fernández (C), com recursos públicos e apoio financeiro do BID, para atender famílias em pobreza extrema e moderada com filhos menores de 16 anos, grávidas e chefes de famílias desempregados em sua composição. Ofertava cinco componentes de transferência e estava integrado à rede de proteção social do país. Até o fim do segundo mandato de Fernández (C), o programa aumentou a sua cobertura em oito vezes, cobrindo 25% da população em 2012.

O presidente seguinte, Danilo Medina (C), substituiu o *Solidaridad* pelo *Progresando con Solidaridad (ProSoli)*. O ProSoli conta apenas com recursos públicos e oferta 36 componentes distintos de transferência. O programa atingiu o pico de cobertura no último ano do governo de Medina (C)³⁸, em 2020, quando atendeu 34% da população dominicana (3,6 milhões de pessoas) e ofertou, naquele mesmo ano, a medida *Quédate*

³⁷ O atual presidente do Peru é Pedro Castillo, eleito em 2021. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

³⁸ O atual presidente da República Dominicana é Luis Abinader, eleito em 2020. A amostra deste estudo cobre o período entre 2000 e 2020.

en Casa para o enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19. O ProSoli segue em funcionamento (Medeiros & Amorim, 2018; ECLAC, 2016).

Uruguai: o primeiro PTCR uruguaio, *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social (PANES)*, foi criado em 2005 por Tabaré Vázquez (E) com recursos públicos. O programa foi lançado como uma iniciativa temporária para conter os efeitos da crise económica nas famílias em situação de pobreza extrema e já no segundo ano de funcionamento beneficiava 10% da população uruguaia. Em 2008, Vázquez (E) substituiu o programa pelo *Asignaciones Familiares* e ampliou a cobertura para famílias em situação de pobreza. O novo programa teve uma ligeira expansão no governo seguinte, de Pepe Mujica (E), mas voltou a estabilizar-se em 10% de cobertura populacional no segundo governo de Tabaré Vázquez (E) e no atual governo de Luis Lacalle Pou (D). Em 2020, as transferências foram incrementadas para apoiar as famílias no enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19. O programa segue em funcionamento (Medeiros & Amorim, 2018; Sátyro et al., 2019; ECLAC, 2016).

4. METODOLOGIA, PESQUISA E RESULTADOS

4.1. METODOLOGIA E PESQUISA

A partir da existência da relação entre as duas ondas vividas na América Latina no início do século XXI, nomeadamente, a criação e a difusão de PTCRs e a viragem de governos à esquerda, já percebidas e documentadas por diversos autores, este trabalho propõe-se a explorar a hipótese de investigação de que candidatos presidenciais de orientação política à esquerda foram os que mais criaram, apoiaram e expandiram esse tipo de política pública na região no período 2000-2020.

A pergunta de investigação, portanto, passa a ser: qual é a relação entre a orientação política dos presidentes latino-americanos dos últimos 20 anos e a criação, a difusão e a ampliação dos PTCRs na região? A busca por essa resposta tem o objetivo principal de perceber o efeito da *politics* nas *policies* a partir da observação das semelhanças nas transformações geradas nessas políticas por governos de uma mesma orientação política no intervalo de 2000 a 2020.

Como objetivos específicos, este estudo pretende mapear e identificar os PTCRs, os países adotantes, bem como os seus presidentes e as orientações políticas, na América Latina, no período selecionado. Ainda, relatar brevemente as experiências dos países e as principais transformações sofridas por essas políticas. Por fim, analisar os momentos de inícios e os encerramentos desses programas por orientação política, bem como as variações percentuais nas coberturas de beneficiários dos programas.

A escolha deste tema de investigação e da metodologia justificam-se pois, como já indicado por De La O (2018), há poucos estudos abrangentes e comparados sobre esse tipo de política – a maioria concentra-se em estudos de casos de países. Lavers (2022) também aponta uma lacuna em estudos sobre PTCRs que examinem os processos políticos que moldam a implementação desses programas.

A metodologia do trabalho é apresentada a seguir. A amostra foi definida segundo os seguintes critérios: tipo de política pública (PTCRs com condicionalidades em saúde, educação e alimentação), região (América Latina) e período (2000-2020). As fontes de informação foram: De La O, 2018; Oliveira, 2018; Osorio, 2014; ECLAC, 2016; Stampini & Tornarolli, 2012.

O mapeamento resultou na identificação de 32 PTCRs adotados por 18 países. Eles já foram apresentados na seção 3.3. Os detalhes gerais sobre o ano de introdução de cada um dos programas na região podem ser consultados na Figura 2 (pág. 16, seção 3.3) e os anos de criação e encerramento, na Tabela I (pág. 18, seção 3.3). A escolha do período justifica-se pois, conforme mostram a Figura 2 e a Tabela I, a maioria dos países (15 dos 18 mapeados) implementou o primeiro PTCR na década de 2000.

Em seguida, a consulta à base de dados *2020 Database of Political Institutions* (DPI2020, 2020), do BID, confirmou que os 18 países da amostra adotam sistemas presidencialistas. Os dados coletados permitiram organizar a amostra por ano, país, presidentes e seus partidos, e por período de duração e orientação política dos governos (identificados pelas iniciais E, D, C, NA e SI – Esquerda, Direita, Centro, Não Aplicável e Sem Informação³⁹, respetivamente – e pelas cores vermelha, azul, cinza,

³⁹ A DPI2020 (2020) classifica os governos pela orientação do partido do chefe do Poder Executivo em relação à política económica. Direita: partidos definidos como conservadores, democratas cristãos ou de direita. Esquerda: partidos

amarela e branca, respetivamente). Os dois únicos países latino-americanos que não implementaram PTCRs, Cuba e Venezuela, foram incluídos na amostra para fins estatísticos.

Sequencialmente, a consulta à base de dados *Non-contributory Social Protection Programmes in Latin America and the Caribbean Database* (ECLAC, 2016), da Cepal, permitiu a inclusão dos dados de cobertura dos programas, por quantidade de beneficiários e percentual da população. A expansão da cobertura total dos programas latino-americanos já foi apresentada na Figura 3 (pág. 19, seção 3.3), enquanto os dados desagregados por país são apresentados na Tabela II, abaixo.

Importante frisar que as duas bases utilizadas foram escolhidas por fornecerem dados oficiais, atualizados, confiáveis, transparentes e acessíveis, produzidos e disponibilizados por instituições reconhecidas internacionalmente. Foram também as únicas localizadas que forneciam os dados necessários para o desenvolvimento deste trabalho. No entanto, ambas apresentaram falhas, com dados em falta.

Na base do BID, há falta de informação acerca da orientação política de alguns governos da amostra⁴⁰ – identificados como “0” ou “NA” (aqui nomeados “Sem Informação – SI” – ou “Não Aplicável – NA”, respetivamente). Muitos têm orientações políticas indiscutíveis, como Hugo Chávez e Nicolás Maduro (esquerda), mas estão marcados como SI na base de dados do BID. Assim foram preservados por este trabalho para que se mantenham critérios metodológicos sólidos, evitando, portanto,

comunistas, socialistas, social-democratas ou de esquerda. Centro: partidos definidos como centristas ou “quando a posição de uma parte é melhor descrita como centrista (por exemplo, membros do partido defendem a iniciativa privada em um contexto social-liberal)”. NA: quando não há Executivo. SI: todos os casos que não se encaixam nas demais categorias, “ou seja, a plataforma do partido não se concentra em questões económicas ou há ideias concorrentes, ou quando não há nenhuma informação”. Mais informações sobre as variáveis podem ser consultadas no dicionário de variáveis da DPI2020 (Cesi, Keefer & Scartascini, 2021, p. 6-7).

⁴⁰ São eles: Enrique Bolaños (2002-2006, Nicarágua), Álvaro Uribe (2003-2010, Colômbia), Juan Manuel Santos (2011-2018, Colômbia), Michelle Bachelet (2014-2017, Chile), Sebastián Piñera (2018-2020, Chile), Alfredo Palacio (2003-2006, Equador), Martín Torrijos (2006-2009, Panamá), Ricardo Martinelli (2010-2014, Panamá), Juan Carlos Varela (2015-2019, Panamá), Laurentino Cortizo (2020, Panamá), René Préval (2000 e 2006-2011, Haiti), Jean-Bertrand Aristide (2001-2003, Haiti), Boniface Alexandre (2004-2005, Haiti), Hugo Chávez (2000-2001 e 2002-2013, Venezuela), Diosdado Cabello (2002, Venezuela) e Nicolás Maduro (2013-2020, Venezuela).

soluções *ad-hoc*. Para trabalhos futuros, recomenda-se o uso da base do BID combinada a outras bases.

A base da Cepal, que disponibiliza informações e dados sobre os PTCRs latino-americanos (início e fim, cobertura, condicionalidades, etc.), apresenta duas falhas: os dados mais recentes são de 2016 e há ficheiros de Excel cujos links para download estão corrompidos. Para preencher essas lacunas de informação, foram consultados documentos e websites oficiais dos programas (a lista está nos Anexos deste trabalho). Apesar de ser uma solução *ad-hoc*, manteve-se restrita à consulta apenas de fontes primárias (governos dos países e instituições responsáveis pela implementação e financiamento dos PTCRs).

Procedeu-se à coleta dos dados, à organização nas Tabelas II, III e IV, a seguir, e à análise dos dados.

Tabela II – Cobertura dos PTCRs latino-americanos por país, ano e governo (2000-2020, em milhões de pessoas)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	0,14	1,618*	18,003*	35,184*	29,434	38,968	49,115	49,461	47,288	54,494	55,344	56,884	58,158	57,888	56,513	56,244	54,762	55,808	57,075	53,229	43,366
México	13,2	16,2	21,1	21,2	24,4	24,2	23,8	23,5	23,4	23,6	26,0	25,7	25,6	25,7	26,0	25,8	28,0	26,6	27,893	44,281	38,985
Honduras	0,001*	0,009*	0,047	0,241*	0,435*	0,629	0,908*	1,313*	1,897*	2,742*	0,236	0,743	0,815	0,944	1,369*	1,296*	1,131*	1,34*	1,819*	2,47*	3,352*
Nicarágua	0,06	0,067*	0,073*	0,08*	0,086	0,0864	0,092*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa Rica	0,131*	0,024*	0,045	-	-	-	0,008	0,092	0,117	0,15	0,18	0,185	0,171	0,18	0,168*	0,156	0,169	0,183	0,183*	0,374	0,543*
Colômbia	-	1,097	1,634	1,753	1,702	2,424	3,233	3,075	3,912	5,139	5,028	4,198	3,632	4,717	4,807	4,557	4,373	4,1	4,005*	3,906*	3,807
Argentina	-	-	1,797	1,856	1,604	2,556	1,488	2,493	2,894	6,418	6,722*	3,51	3,31	3,339	3,421	3,56	3,862	3,887	3,933	4,039	4,314
Chile	-	-	0,158#	0,351#	0,545#	0,75#	0,938#	1,072#	1,233#	1,39#	1,523#	1,693#	2,682#	3,151*	3,663*	4,061*	4,421*	5,258*	0,921*	0,818*	1,015*
Equador	-	-	-	1,283	1,066	1,136	1,182	1,269	1,31	1,662	1,762	1,854	1,716	1,717	1,119	1,098	1,034	1,007	0,838	0,985	1,209
Rep. Dom.	-	-	-	-	-	0,259	0,282	0,515	1,704	1,786	1,953	2,258	2,518	2,86	2,926	3,091*	3,257	2,943	2,886	2,807	3,672
El Salvador	-	-	-	-	-	0,012	0,023	0,047	0,083	0,112	0,11	0,119	0,139	0,132	0,123	0,108	0,102	0,096*	0,09*	0,085*	0,08*
Paraguai	-	-	-	-	-	0,022	0,057	0,069*	0,096*	0,048*	0,195*	0,342*	0,488*	0,447	0,562	0,723	0,699*	0,675	0,626	0,796	0,601*

Peru	-	-	-	-	-	0,002	0,173	0,913	1,029	0,98	1,157	1,186	1,416	1,599*	1,783	1,766	1,677	1,64	1,561	1,571	1,581*
Uruguai	-	-	-	-	-	0,083	0,337	0,332*	0,327	0,389	0,412	0,413	0,402	0,367	0,381	0,375	0,388	0,372	0,372	0,375	0,367
Panamá	-	-	-	-	-	-	0,146	0,198*	0,251*	0,303*	0,356	0,284	0,297	0,251*	0,212*	0,325	0,307	0,289*	0,272*	0,257*	0,242*
Bolívia	-	-	-	-	-	-	1,085	1,321	1,681	1,748	1,818	1,82	1,822	1,951	2,262	2,231*	2,2	2,221*	2,242	2,264*	2,286*
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-	-	1,756	2,5	5,093	5,466	5,46	5,099*	4,737	4,412*	2,684*	0,955	1,32*	1,684*	2,049
Haiti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,063#	0,093#	0,084#	0,092*	0,099#	0,222*	0,344#	0,534*	0,829*
Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Elaborado pela autora com base em DPI2020 (2020), ECLAC (2016) e demais fontes nos Anexos.

LEGENDAS

* Estimativa por interpolação: o cálculo foi realizado levando-se em consideração o padrão de variação percentual dentro de cada governo do país, e não da série completa do país. Nos casos em que não houve dados suficientes dentro do governo que estava sendo estimado para nível de comparação, então adotou-se a comparação com a variação percentual do governo anterior ou posterior.

Estimativa por percentual populacional com base nos dados do Banco Mundial (*World Development Indicators*)

- Não houve PTCR

Em vermelho	Governos de esquerda	Em amarelo	Não aplicável
Em azul	Governos de direita	Em branco	Sem informação
Em cinza	Governos de centro		

Tabela III – Variação absoluta da cobertura dos PTCRs latino-americanos por país, ano e governo (2000-2020, em milhões de pessoas)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	0,14	1,478	16,384	17,181	-5,749	9,533	10,146	0,346	-2,172	7,206	0,85	1,539	1,274	-0,27	-1,374	-0,268	-1,481	1,045	1,267	-3,846	-9,862
México	13,2	3,0	4,9	0,1	3,2	-0,2	-0,4	-0,3	-0,1	0,2	2,4	-0,3	-0,1	0,1	0,3	-0,2	2,2	-1,4	1,293	16,388	-5,296
Honduras	0,001	0,007	0,038	0,193	0,193	0,193	0,279	0,404	0,584	0,844	-2,506	0,507	0,072	0,128	0,424	-0,072	-0,164	0,208	0,479	0,65	0,882
Nicarágua	0,06	0,006	0,006	0,006	0,006	-0,0001	0,006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa Rica	0,013	0,011	0,021	-	-	-	-0,037	0,084	0,025	0,032	0,03	0,004	-0,013	0,009	-0,012	-0,012	0,012	0,014	0,0004	0,19	0,169
Colômbia	-	1,097	0,537	0,118	-0,051	0,722	0,808	-0,158	0,837	1,227	-0,11	-0,83	-0,566	1,085	0,089	-0,25	-0,183	-0,27	-0,098	-0,098	-0,098
Argentina	-	-	1,797	0,059	-0,252	0,952	-1,068	1,004	0,4	3,524	0,304	-3,212	-0,2	0,029	0,081546	0,139	0,301	0,025	0,045	0,106	0,274
Chile	-	-	0,158	0,193	0,194	0,204	0,187	0,134	0,16	0,156	0,133	0,17	0,988	0,469	0,512	0,397	0,36	0,837	-4,337	-0,103	0,196
Equador	-	-	-	1,283	-0,216	0,07	0,045	0,087	0,041	0,351	0,099	0,091	-0,137	0,001	-0,597	-0,021	-0,064	-0,027	-0,168	0,146	0,223
Rep. Dom.	-	-	-	-	-	0,259	0,022	0,232	1,189	0,082	0,167	0,304	0,259	0,342	0,066	0,165	0,165	-0,313	-0,057	-0,078	0,864
El Salvador	-	-	-	-	-	0,012	0,01	0,024	0,035	0,028	-0,002	0,008	0,02	-0,006	-0,009	-0,015	-0,006	-0,005	-0,005	-0,005	-0,004
Paraguai	-	-	-	-	-	0,022	0,035	0,011	0,027	-0,004	0,146	0,146	0,146	-0,041	0,115	0,161	-0,024	-0,023	-0,048	0,169	-0,194
Peru	-	-	-	-	-	0,002	0,172	0,739	0,115	-0,049	0,177	0,028	0,229	0,183	0,183	-0,017	-0,088	-0,036	-0,079	0,01	0,01
Uruguai	-	-	-	-	-	0,083	0,254	-0,004	-0,004	0,061	0,023	0,0009	-0,01	-0,035	0,013	-0,005	0,012	-0,015	-0,0007	0,003	-0,008
Panamá	-	-	-	-	-	-	0,146	0,052	0,052	0,052	0,052	-0,071	0,013	-0,046	-0,038	0,113	-0,018	-0,017	-0,016	-0,015	-0,014
Bolívia	-	-	-	-	-	-	1,085	0,236	0,359	0,067	0,069	0,002	0,002	0,128	0,311	-0,031	-0,031	0,021	0,021	0,021	0,021
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-	-	1,756	0,743	2,593	0,373	-0,005	-0,361	-0,361	-0,324	-1,728	-1,728	0,364	0,364	0,364
Haiti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,063	0,03	-0,009	0,007	0,007	0,122	0,122	0,19	0,294
Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Elaborado pela autora com base em DPI2020 (2020) e ECLAC (2016).

LEGENDAS

- Não houve PTCR

Em vermelho	Governos de esquerda	Em amarelo	Não aplicável
Em azul	Governos de direita	Em branco	Sem informação
Em cinza	Governos de centro		

Tabela IV – Variação da cobertura percentual/Ano (em pontos percentuais)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	0,08	9,04	0,89	9,29	-3,38	4,89	5,1	-0,12	-1,42	3,41	0,14	0,49	0,35	-0,4	-0,92	-0,37	-0,93	0,29	0,39	-1,99	-4,43
México	13,34	2,81	4,6	-0,19	2,79	-0,52	-0,71	-0,6	-0,4	-0,15	1,81	-0,57	-2,35	0,07	1,66	-0,43	1,54	-1,39	0,79	12,61	-4,47
Honduras	0,028	0,112	0,54	2,71	2,58	2,46	3,47	4,9	6,97	9,87	-30,73	6,1	0,71	1,34	4,22	-1,06	-2,02	2,02	4,76	6,36	8,5
Nicarágua	1,21	0,09	0,1	0,1	0,11	-0,02	0,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa Rica	0,33	0,27	0,6	-	-	-	-0,94	1,92	0,53	0,7	0,62	0,35	-0,94	0,19	-0,03	-0,29	0,22	0,25	-0,03	3,74	3,26
Colômbia	-	2,68	1,25	0,23	-0,18	1,62	1,78	-0,45	1,78	2,61	-0,37	-1,9	-1,3	2,21	0,1	-0,61	-0,46	-0,63	-0,3	-0,3	-0,28
Argentina	-	-	4,76	0,11	-0,71	2,41	-2,78	2,49	0,94	8,64	0,61	-7,97	-1,21	0,06	0,66	0,24	0,61	-0,04	0,02	0,15	0,51
Chile	-	-	1,01	1,21	1,19	1,23	1,1	0,75	0,89	0,85	0,7	0,9	4,19	3,91	2,69	1,97	1,61	4,18	-23,46	-0,62	1.000
Equador	-	-	-	9,66	-1,77	0,38	0,19	0,48	0,13	2,24	0,49	0,42	-1,09	-0,16	-4,03	-0,13	-0,49	-0,32	-1,09	0,76	1,18
Rep. Dom.	-	-	-	-	-	2,86	0,2	2,46	12,48	0,66	1,49	2,85	2,36	3,1	0,33	1,21	1,33	-0,84	-0,84	-1,02	7,71
El Salvador	-	-	-	-	-	0,21	0,17	0,4	0,58	0,46	-0,05	0,13	0,32	-0,13	-0,15	-0,25	-0,08	-0,11	-0,1	-0,08	-0,08
Paraguai	-	-	-	-	-	0,38	0,59	0,17	0,42	-0,77	2,35	2,25	1,47	-0,6	2,26	2,29	-0,49	-0,48	-0,84	2,29	-2,87
Peru	-	-	-	-	-	0,004	0,616	2,58	0,4	-0,2	0,59	0,01	0,29	1,08	0,55	-0,13	-0,37	-0,2	-0,34	-0,05	-0,04
Uruguai	-	-	-	-	-	2,5	7,9	-0,42	-0,17	1,82	0,65	-0,01	-0,68	-1	0,62	-0,21	0,35	-0,5	-0,06	0,05	-0,27
Panamá	-	-	-	-	-	-	4,3	1,4	1,44	1,34	1,22	-2	-0,8	-0,4	-1,1	2,8	-0,6	-0,6	-0,5	-0,5	-0,4
Bolívia	-	-	-	-	-	-	11,72	2,11	3,46	0,39	0,41	-0,29	-2,2	2,54	2,98	-0,6	-0,58	-0,09	-0,09	-0,09	-0,09
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-	-	12,78	5,08	17,85	1,94	-5,26	1,51	-2,96	-2,6	-11,39	-11,01	2,06	2,14	2,01

Haiti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,62	0,28	-0,1	-0,06	0,06	1,1	1,08	1,64	2,53
Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Elaborado pela autora com base em DPI2020 (2020) e ECLAC (2016).

LEGENDAS

- Não houve PTCR

Em vermelho	Governos de esquerda	Em amarelo	Não aplicável
Em azul	Governos de direita	Em branco	Sem informação
Em cinza	Governos de centro		



Tabela V – Inícios, encerramentos, substituições e renomeações de PTCRs latino-americanos por país, ano e governo (2000-2020)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil		INÍCIO		SUBST.																	
México		RENO.													SUBST.					SUBST.	
Honduras											SUBST.					RENO.					
Nicarágua	INÍC.						FIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa Rica	INÍC.		FIM	-	-	-	INÍC.														INÍCIO
Colômbia	-	INÍCIO																			
Argentina	-	-	INÍC.			SUBST.					SUBST.										
Chile	-	-	INÍC.										INÍCIO								
Equador	-	-	-	INÍCIO																	
Rep. Dom.	-	-	-	-	-	INÍCIO							SUBST.								
El Salvador	-	-	-	-	-	INÍCIO				RENO.											
Paraguai	-	-	-	-	-	INÍCIO															
Peru	-	-	-	-	-	INÍCIO															
Uruguai	-	-	-	-	-	INÍCIO			SUBST.												
Panamá	-	-	-	-	-	-	INÍC.														
Bolívia	-	-	-	-	-	-	INÍC.														
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-	-	INÍCIO				RENO.								
Haiti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	INÍCIO								

Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Elaborado pela autora com base em DPI2020 (2020) e ECLAC (2016).

LEGENDAS

- Não houve PTCR

Em vermelho	Governos de esquerda	Em amarelo	Não aplicável
Em azul	Governos de direita	Em branco	Sem informação
Em cinza	Governos de centro		



4.2. ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela II apresenta dados da cobertura dos 32 PTCRs latino-americanos por país, ano e orientação política dos governos vigentes no período de 2000 a 2020 (em milhões de beneficiários). A tabela tem um total de 420 células marcadas com as cores vermelha (Esquerda), azul (Direita), cinza (Centro), amarela (Não Aplicável) e branca (Sem Informação). Os governos de esquerda representam 172 células (51%), os de direita, 120 (35%), e os de centro, 47 (14%), o que comprova a viragem à esquerda dos governos da região. Para fins desta análise, a amostra corresponde às 339 células com informação de orientação política – ou 81% da tabela. As células amarelas e brancas (81) foram excluídas da amostra.

Os valores de cobertura dos programas estão registados em 346 células (82% da tabela) – 74% (254 células) são valores exatos e 26% (92 células) são estimativas por interpolação ou por percentual populacional (marcadas na tabela por “*” e “#”, respetivamente), devido às falhas já referidas na base de dados da Cepal (2016). Conclui-se que, do total de beneficiários dos 32 PTCRs implementados na América Latina nos últimos 20 anos, 46% foram atendidos por governos de esquerda, 29% por governos de centro e 25% por governos de direita.

Apesar de os governos de esquerda terem beneficiado mais pessoas em termos absolutos, é importante considerar que eles estiveram mais tempo no poder. Em termos relativos, a hipótese de pesquisa não se comprova. O maior rácio beneficiário/ano na verdade foi observado nos governos de centro, que atenderam em média 11,19 milhões de pessoas por ano. Em comparação, os de esquerda beneficiaram menos da metade (4,9 milhões de pessoas/ano) e os de direita, 1/3 (3,8 milhões de pessoas/ano).

Interessa também analisar até que ponto é que a variação (aumento ou diminuição) do número de beneficiários está ou não relacionada com a orientação política dos governos latino-americanos do período. Em linhas gerais, a região testemunhou mais momentos (anos-país) de aumento na cobertura dos PTCRs do que diminuições. Os

programas aumentaram sua capacidade, em média, em 63,5% por ano/país, o que comprova a expansão significativa dos PTCRs na América Latina no período analisado.

Essa expansão foi especialmente marcada por governos de centro, como mostra a variação absoluta (Tabela III): a cobertura dos PTCRs implementados por esses governos aumentou, em média, em 524.356 beneficiários por cada ano de governação (um crescimento relativo médio de 276,5%). Os governos de esquerda aumentaram a cobertura dos programas em média em 464.395 beneficiários por cada ano de governação (um crescimento relativo médio de 43,96%), e os de direita em 24.360 beneficiários por ano de governação (um crescimento relativo médio de 34,15%).

Para fins de confirmação dos resultados, calculou-se também a variação da cobertura percentual por ano de governação (Tabela IV), cuja conclusão aponta no mesmo sentido das anteriores: apesar dos governos de esquerda terem obtido o maior aumento da cobertura em termos absolutos (total da variação da cobertura percentual: 133,05 pp para os governos de esquerda, 49,28 para os de centro e 24,97 para os de direita), foram os governos de centro que protagonizaram o maior aumento da cobertura em termos relativos (média da variação da cobertura percentual: 1,04 pp para os governos de centro, 0,77 pp para os de esquerda e 0,2 pp para os de direita).

Importante frisar que, na maioria dos casos analisados (11), há um aumento expressivo da cobertura nos primeiros anos de implementação dos PTCRs, o que demonstra uma corrida dos governos para arrancar com os programas. Isso indica uma tendência de viés da amostra, o que torna sensível a comparação da variação percentual da cobertura entre os governos que criaram os PTCRs com os demais que deram sequência aos programas.

Por sua vez, a Tabela IV marca os anos de início, encerramento, substituição e renomeação dos 32 PTCRs da amostra por país, ano e orientação política dos governos vigentes no período de 2000 a 2020. Contabilizando inícios e substituições (que na prática marcam o fim de um PTCR e o início de outro), dos 32 PTCRs, 10 foram iniciados por governos de esquerda (31%), 9 por governos de direita (28%) e outros 5 por governos de centro (15%). Novamente, em termos absolutos, governos latino-americanos de esquerda têm maior probabilidade de criar um PTCR do que os demais.

No entanto, em termos relativos, os governos de esquerda foram os que mais tempo levaram para criar um PTCR (a cada 17,2 anos), enquanto os governos de direita e centro fizeram-no, respetivamente, a cada 13,3 anos e 9,4 anos.

Neste mesmo período de 20 anos, contabilizando fins e substituições, foram encerrados 9 PTCRs: 5 (55,6%) por governos de esquerda, 2 (22,2%) por governos de direita e 2 (22,2%) por governos de centro. Assim, para os encerramentos, a imagem anterior altera-se um pouco: os governos de centro são os com maior probabilidade de encerrar um programa (a cada 23,5 anos), seguido dos governos de esquerda (34,4 anos) e por fim os governos de direita (60 anos).

Em suma, a hipótese de investigação segundo a qual uma orientação política de esquerda estaria associada a uma maior aposta em PTCRs entre o conjunto de países da América Latina no período 2000-2020, traduzindo-se numa maior probabilidade de iniciar estes programas, numa menor probabilidade de encerrá-los e numa maior tendência para aumentar a sua escala uma vez em funcionamento, apenas se verifica de forma parcial e limitada.

Quando temos em conta o número de anos de governação por cada tipo de orientação política, verificamos que a probabilidade dos governos de esquerda iniciarem PTCRs é, na verdade, algo menor (e não maior) do que os demais. Por outro lado, a probabilidade de encerrarem estes programas é maior do que a dos governos de direita e um pouco menor do que a dos governos de centro. Finalmente, os aumentos absolutos e relativos médios da cobertura por cada ano de governação dos presidentes à esquerda são superiores aos dos governos de direita, mas inferiores em comparação com os governos de centro.

Assim, na medida em que a hipótese de investigação apenas se verifica de forma parcial, concluímos que a adoção e expansão de PTCRs entre os países da América Latina nas duas últimas décadas foi em grande medida independente da orientação política dos governos considerados. Essa afirmação é sustentada por diversos autores (De La O, 2018; Medeiros & Amorim, 2018; Oliveira, 2018; Osorio, 2014; Sugiyama, 2011).

Isso pode ser interpretado como refletindo o facto de estes programas poderem ser considerados consistentes com orientações políticas tanto de esquerda como de direita, nomeadamente na medida em que conjugam as dimensões de reforço das transferências monetárias e de condicionalidades. Também pode ser explicado pela existência de uma estrutura institucional e legislativa robusta na base da maioria desses programas e de uma capacidade estatal cada vez mais burocrática e um contexto de maior qualidade da democracia em boa parte dos países latino-americanos – questões já referenciadas por De La O (2018).

Em alternativa – e possivelmente em complemento –, poder-se-á considerar que a vaga de emergência e generalização deste tipo de programas no período e na região em questão foi de tal forma intensa, com efeitos de difusão de políticas muito relevantes, que se sobrepôs à questão da orientação política dos governos, sendo estes adotados de uma forma quase universal, o que já foi defendido por Osorio (2014).

CONCLUSÃO

Com a ascensão global das pautas da diminuição da desigualdade e do combate à pobreza no contexto dos PED após a década de 1980, os Programas de Transferência Condicionada de Rendimento consolidaram-se nos últimos 30 anos como a principal estratégia de combate à pobreza na América Latina. Ao longo dessa onda de expansão, 18 países (entre os 20 da região) implementaram 32 PTCRs. Atualmente, 18 programas seguem ativos e atendem 108 milhões de beneficiários.

Como já foi referido, há algumas razões já exploradas pela literatura para explicar a difusão dos PTCRs na América Latina: a concentração geográfica, as comunidades epistémicas, as condições domésticas similares, o momento histórico de recuperação económica da região e os próprios resultados positivos das avaliações dos primeiros programas latino-americanos.

Há um outro fenómeno contemporâneo aos PTCRs, e já relatado pela literatura, que ainda carece de mais evidências para se comprovar a relação com a expansão das políticas sociais: o *left turn*, ou viragem à esquerda, dos governos da região. Em outras palavras, a vitória eleitoral de candidatos presidenciais de orientação política à esquerda – que, em 2009, representavam quase dois terços dos países da região.

Este estudo buscou perceber a relação entre as duas ondas que tomaram a América Latina no início do século XXI. A hipótese de investigação proposta é a de que governos de esquerda foram os que mais criaram, apoiaram e expandiram esse tipo de política pública na região no período 2000-2020.

A pesquisa quantitativa acerca dos anos de início, de fim e de substituição de PTCRs nos países adotantes da região, bem como a comparação dos números de cobertura de beneficiários, comprovou a evidente viragem à esquerda e a forte expansão dos PTCRs na região, assim como demonstrou o apoio da esquerda aos PTCRs em números absolutos de beneficiários e de criação de programas. No entanto, não apresentou resultados favoráveis à hipótese inicial em números relativos de pessoas beneficiadas por ano, de aumento da capacidade anual dos programas e da frequência de novos

programas. A referida hipótese verificou-se de forma fraca e parcial, com destaque para o protagonismo dos governos de centro.

Concluímos que a adoção e a expansão de PTCRs entre os países da América Latina nas duas últimas décadas foi em grande medida independente da orientação política dos governos. Nesse sentido, este trabalho contribui para sustentar o argumento já defendido por De La O (2018), Medeiros & Amorim (2018), Oliveira (2018), Osorio (2014) e Sugiyama (2011).

O facto, apresentado por esta investigação, de forte expansão e manutenção dos PTCRs na América Latina, desde o final da década de 1990 até os dias atuais, demonstra que, em linhas gerais, esses são programas sociais consolidados independentemente da força política que se encontra no poder, na medida em que foram adotados de uma forma quase universal.

Ao conjugarem as dimensões de reforço das transferências monetárias e de condicionalidades, agradam uma gama maior de orientações políticas, ao passo que encontram apoio público. É possível também inferir que contam com uma certa robustez institucional e legislativa, bem como indicam a existência de uma capacidade estatal cada vez mais burocrática e de melhor qualidade democrática na região, capaz de conter os efeitos políticos de orientações diversas.

Por fim, é importante ressaltar que este estudo representa uma tentativa inicial e preliminar de investigar, de uma forma ampla, a relação entre duas tendências observadas na América Latina: a ascensão dos PTCRs e dos governos de esquerda. Contudo, a análise segundo tendências pode falhar na observação de minúcias e detalhes importantes. Deixamos, portanto, como uma sugestão a ser explorada em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barrientos, A. (2011). Conditions in Antipoverty Programmes, *Journal of Poverty and Social Justice*, vol. 19, nº 1, pp. 15-26.
- Barrientos, A. (2013). *Social Assistance in Developing Countries*. UK: Cambridge University Press.
- Barrientos, A. e Villa, J. M. (2013). *Evaluating Antipoverty Transfer Programmes in Latin America and Sub-Saharan Africa. Better Policies? Better Politics?* Finland: UNU-WIDER.
- Carnes, M., e Mares, I. (2010). Deindustrialization and the rise of non-contributory social programs in Latin America. In *Conference on Redistribution, Public Goods Political Market Failures*, Yale University. Acedido a 15 set. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228468421_Deindustrialization_and_the_rise_of_non-contributory_social_programs_in_Latin_America
- Castañeda, J. G. (2006). Latin America's Left Turn. *Foreign Affairs*. Acedido a 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>
- Cesi, C., Keefer, P., e Scartascini, C. (2021). DPI2020 Database of Political Institutions: Changes and variable definitions. *Department of Research and Chief Economist*. Inter-American Development Bank.
- De La O, A. L. (2018). *Crafting Policies To End Poverty In Latin America*. Cambridge Books.
- DPI2020. (2020) DPI2020 Database of Political Institutions. *Department of Research and Chief Economist*. Inter-American Development Bank. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/research-and-data/dpi2020>
- Gomes, B. e Ayres, C. (2019). *Programas de Transferência de Renda: do Desenho à Implementação*. Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam).
- Ghosh, J. (2011). Dealing with 'the poor'. *Development and Change*, 42(3), 849-858.

- Hanlon, J., Barrientos, A., e Hulme, D. (2012). *Just Give Money to the Poor: The Development Revolution from the Global South*. Kumarian Press.
- Ladhani, S. e Sitter, K. (2018). Conditional Cash Transfers: a Critical Review. *Development Policy Review*, 38(1), 28–41. Wiley Online Library.
- Lavers, T. (Ed.). (2022). *The Politics of Distributing Social Transfers*. Oxford University Press.
- Lei nº 14284/2021 de 29 de Dezembro da Presidência da República do Brasil. *Diário Oficial da União*: 30/12/2021, p. nº 1 (2021). Acedido a 31 ago. 2022. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm.
- Levitsky, S., e Roberts, K. M. (Eds.). (2011). *The resurgence of the Latin American left*. JHU Press.
- Medeiros, J. e Amorim, R. (2018). Reflexos da mudança de governo presidencial nos programas nacionais de transferência de renda condicionada latino-americanos desde 1990. *Revista MERCOSUR de Políticas Sociais*. 2. 214. 10.28917/ism.2018-v2-214.
- Murillo, M. V., Oliveros, V. e Vaishnav, M. (2008). Voting for the left or governing on the left? Columbia University. Acedido a 2 out. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Murillo-17/publication/242166292_Voting_for_the_Left_or_Governing_on_the_Left/links/54134c550cf2788c4b359584/Voting-for-the-Left-or-Governing-on-the-Left.pdf
- Oliveira, M. C. G. D. (2012). *As Transferências de Rendimento em Debate no Brasil e em Moçambique* (Doctoral dissertation, FEUC).
- Oliveira, M. C. (2018). *Ideias e Políticas Públicas: Considerações a Partir da Análise de Programas de Transferência Monetária na África do Sul, no Brasil e no Chile* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Oliveira, M. C., e Bichir, R. M. (2021). Transferência Monetária no Brasil e no Chile: Comparando Ideias e o Papel de Instrument Constituencies. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, 211-246.

- Osorio, C. (2014). *La difusión de Programas de Transferencia Condicionada en América Latina 1990-2010*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Ciencias Políticas y Sociales da Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.
- Rios Franco, M. (2021). Digital Platforms for South-South Cooperation: WWP Knowledge Translation of Brazilian Social Policies. São José do Rio Preto, SP, Balão Editorial, 199-218. Disponível em: *Policy Diffusion: New Constraints, New Realities. Proceedings of the II International Conference on Policy Diffusion and Development Cooperation*. Org: Osmany Porto de Oliveira. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial.
- Sátyro, N. G., et al. (2019). Comparando políticas sociais em governos de esquerda. *Caderno CRH*, 32(85), 125-148. Acedido a 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/OjMCsgCthw7QRJnbRg5XxqL/abstract/?lang=pt>
- ECLAC. (2016). *Non-contributory Social Protection Programmes in Latin America and the Caribbean Database* [Base de dados], agosto 2022. Social Development Division, ECLAC. Disponível em: <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct>.
- Stampini, M. e Tornarolli, L. (2012). *The Growth of Conditional Cash Transfers in Latin America and the Caribbean: Did They Go Too Far?* Inter-American Development.
- Sugiyama, N. B. (2011). The Diffusion of Conditional Cash Transfer Programs in the Americas. *Global Social Policy*, Vol.11 (2-3): 250-278.
- World Bank. (2022). *Fact Sheet: An Adjustment to Global Poverty Lines*. <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines#12>

ANEXOS

Anexo 1 – Fontes da Tabela II

Brasil - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (1996-2003):

CARVALHO, I. M. M. de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 50-61, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2015. / Rua, M. D. G. (2007). Avaliação da integração do programa de erradicação do trabalho infantil ao programa bolsa família. Acesso: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1484> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Brasil - Bolsa Escola (2001-2003): Tavares, P. A., & Pazello, E. T. (2016). Uma avaliação do programa Bolsa Escola federal: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. Anais, 1-21. Acesso: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1661/1622> /

Santos, L. M. P., Pasquim, E. M., & Santos, S. M. C. D. (2011). Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Ciência & Saúde Coletiva, 16(3), 1821-1834. Acesso: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v16n3/18.pdf> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Brasil - Bolsa Alimentação (2001-2003): Santos, L. M. P., Pasquim, E. M., & Santos, S. M. C. D. (2011). Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Ciência & Saúde Coletiva, 16(3), 1821-1834. Acesso: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v16n3/18.pdf> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Brasil - Programa Bolsa Família - PBF (2003-2021): ECLAC (2016). Acesso: <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct> / VIS Data 3 beta. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), Ministério da Cidadania. Acesso: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bg](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bg)

W5i05Kv2rmg2a19ZXR1ZWumaX6JaV2Jk2CadGCNrMmim7iareyYsK%2BbjMfDmaWjl
Mnusrm%2BiqGt3nSltjZysZupbCoyveeqZ22qaPdmrGzV6HG1ZTWXZfCm72Zr7ukm
%2BxZsrtXk7jO9hepnL7ubZahtpqg4py2EdifwMKmiqGifcu%2Fo6O6lqfaWY%2B9o6C
4gXnLqvYK57aVa5inqeCrrruYTzjWqy3qn8bqbXauqaij5bW9iQ%3D%3D&dt1=2020-
01-01&dt2=2020-12-01 / Banco Mundial (World Development Indicators) / Banco
Mundial (World Development Indicators)

México - Progres a (1997-2000) / Oportunidades (2001 e 2014): CONEVAL, P. D. D. S. Título: El Progres a-Oportunidades-Prospera, a veinte años de su creación/Gonzalo Hernández Licona, Thania Paola de la Garza Navarrete, Janet Zamudio Chávez, Iliana Yaschine Arroyo (coordinadores). Descripción: Primera edición. | México: Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2019. Acceso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiRppqz7_6H6AhVN7rsIHTVSDqQQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.coneval.org.mx%2FEvaluacion%2FIEPSM%2FDocuments%2FLibro_POP_20.pdf&usg=AOvVaw1kzrFor5QfvoZdMTueeauO / Banco Mundial (World Development Indicators)

México - Prospera (2014-2018): CONEVAL, P. D. D. S. Título: El Progres a-Oportunidades-Prospera, a veinte años de su creación/Gonzalo Hernández Licona, Thania Paola de la Garza Navarrete, Janet Zamudio Chávez, Iliana Yaschine Arroyo (coordinadores). Descripción: Primera edición. | México: Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2019. Acceso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiRppqz7_6H6AhVN7rsIHTVSDqQQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.coneval.org.mx%2FEvaluacion%2FIEPSM%2FDocuments%2FLibro_POP_20.pdf&usg=AOvVaw1kzrFor5QfvoZdMTueeauO / SEDESOL. Título: Evaluación de Consistencia y Resultados 2017-2018 PROSPERA Programa de Inclusión Social. México: Secretaría de Desarrollo Social, 2018. Acceso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiyyJfNz6P6AhUG_IUKHRGgBhsQFnoECAUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.gob.mx%2Fcms%2Fuploads%2Fattachment%2Ffile%2F343295%2FS072_In

formeFinal.pdf&usg=AOvVaw2fnrgdf6NLt4emU23LwFwa / Banco Mundial (World Development Indicators)

México - Becas para el Bienestar Benito Juárez (2019-Atual): ECLAC. (2016). Acesso: <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct>

Honduras - Programa Asignación Familiar (1998-2009): Caldes N., Coady D. and Maluccio J. (2004). The cost of poverty alleviation transfer programmes: A comparative analysis of three programmes in Latin America. FCND discussion paper No.174. Acesso: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/The-Cost-of-Poverty-Alleviation-Transfer-Programs-A-Comparative-Analysis-of-Three-Programs-in-Latin-America.pdf> / Bolsa Família em Brasil. Contexto, conceito e impacto", OIT, 2008, p. 21. Acesso: https://www.social-protection.org/gimi/gess/ShowResource.action;jsessionid=UMo7PZB8wta-7lv5qBhXJCCE37j7MWGfO08U9sjoP5_4Od-kwCgq!539423187?id=11096&lang=EN / Banco Mundial (World Development Indicators)

Honduras - Bono 10.000 (2010-2014) / Bono Vida Mejor (2015-Atual): ECLAC. (2016). Acesso: <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct>.

Nicarágua - Red de Protección Social (2000-2006): ODI. (2005). Red de Protección Social: Nicaragua'. Inter-Regional Inequality Facility, Policy Brief, 3. Acesso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiv5r2-qP6AhUFgs4BHevdAdIQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fassets.publishing.service.gov.uk%2Fmedia%2F57a08c35e5274a27b2001053%2FIRIFPolicyBrief3.pdf&usg=AOvVaw2PomjYQH_oWbjVDr2cyifd / Lacayo, C. (2004). Análisis comparativo de sistemas de monitoreo y evaluación: El caso de Nicaragua. Regional Policy Dialogue, Inter-American Development Bank. Acesso: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/An%C3%A1lisis-Comparativo-de-Sistemas-de-Monitoreo-y-Evaluaci%C3%B3n-El-Caso-de-Nicaragua.pdf> / Ayala Consulting Corporation (2002). Final report - Workshop on Conditional Cash Transfer Programs: Operational Experiences. Acesso:

<https://socialprotection.org/discover/publications/final-report-workshop-conditional-cash-transfer-programs-operational> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Costa Rica - Superémonos (2000-2002): Duryea, S., & Morrison, A. (2004). The effect of conditional transfers on school performance and child labor: Evidence from an ex-post impact evaluation in Costa Rica. Acesso: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1818707 / Ayala Consulting Corporation (2002). Final report - Workshop on Conditional Cash Transfer Programs: Operational Experiences. Acesso: <https://socialprotection.org/discover/publications/final-report-workshop-conditional-cash-transfer-programs-operational>

Costa Rica - Avancemos (2006-Atual): Contraloría General de la República (2012): Informe sobre la Gestión del Programa de Transferencia Monetaria Condicionada AVANCEMOS (DFOE-SOC-IF-10-2012). División de Evaluación y Fiscalización Operativa. Área de Servicios Sociales. San José, Costa Rica. Acesso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwjPr9ib26X6AhUN3hoKHZi3BTsQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fcgrfiles.cgr.g o.cr%2Fpublico%2Fdocs_cgr%2F2012%2FSIGYD_D_2012023427.pdf&usg=AOvVaw0z _Dd1BCYW4CCH7sxjylxo / Contraloría General de la República (2014): INFORME DE LA AUDITORÍA SOBRE LAS ACCIONES DE POLÍTICA PÚBLICA RESPECTO A LA POBLACIÓN JOVEN QUE NO ESTUDIA NI TRABAJA (DFOE-SOC-IF-15-2014). División de Fiscalización Operativa y Evaluativa. Área de Fiscalización de Servicios Sociales. San José, Costa Rica. Acesso: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK Ewjqvoz626X6AhX1g84BHTioBTsQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fcgrfiles.cgr.g o.cr%2Fpublico%2Fdocsweb%2Fninis%2Fdocs%2FDFOE-SOC-IF-15-2014.pdf&usg=AOvVaw0j803ha8TOPU4lCapZzFgM> / Contraloría General de la República (2008): INFORME SOBRE EL DISEÑO Y EJECUCIÓN DEL PROGRAMA DE TRANSFERENCIA MONETARIA CONDICIONADA DENOMINADO “AVANCEMOS” (DFOE-SOC-17-2008). División de Fiscalización Operativa Y Evaluativa. Área de Servicios

Sociales. San José, Costa Rica. Acceso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwif1sfO3aX6AhXY44UKHYy0CTsQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fcgrfiles.cgr.go.cr%2Fpublico%2Fdocs_cgr%2F2008%2FSIGYD_D_2008017686.doc&usg=AOvVaw02gNmIX3RYFO427JCTqlAx / Contraloría General de la República (2020): INFORME DE AUDITORÍA DE CARÁCTER ESPECIAL ACERCA DE LA CALIDAD DE LA INFORMACIÓN REPORTADA AL 31 DE DICIEMBRE DE 2019, SOBRE LOS RESULTADOS DE METAS DEL PLAN NACIONAL DE DESARROLLO Y DE INVERSIÓN PÚBLICA DEL BICENTENARIO 2019-2022, ATINENTES AL SECTOR TRABAJO, DESARROLLO HUMANO E INCLUSIÓN SOCIAL (DFOE-SOC-IF-00007-2020). División de Fiscalización Operativa Y Evaluativa. Área de Servicios Sociales. San José, Costa Rica. Acceso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiatbTM6KX6AhVagP0HHSuXAf0QFnoECAwQAQ&url=http%3A%2F%2Fcgrfiles.cgr.go.cr%2Fpublico%2Fdocs_cgr%2F2020%2FSIGYD_D%2FSIGYD_D_2020006377.pdf&usg=AOvVaw3zCFjMhYFOCnSvrJglAc_E / IMAS – Instituto Mixto de Ayuda Social (2014). Memoria Institucional IMAS 2010-2014: Administración Laura Chinchilla Miranda. Rompiendo paradigmas en la superación de la pobreza: el desarrollo integral de las personas, familias y comunidades. Acceso: <https://www.imas.go.cr/sites/default/files/content/IMAS-Memoria-Institucional-2010-2014.PDF> / IMAS – Instituto Mixto de Ayuda Social (2018). Memoria Institucional IMAS 2014-2018: Administración Solís Rivera. Ser la voz de quienes no tienen voz. Acceso: <https://www.imas.go.cr/sites/default/files/content/IMAS-Memoria%20Institucional%202014-2018.pdf> / Hernández Romero, K. (2016). How does Avancemos Work?: Best Practices in the Implementation of Conditional Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean. Social Protection and Health Division, Technical Note IDB-TN-931. Acceso: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/How-does-Avancemos-Work-Best-Practices-in-the-Implementation-of-Conditional-Cash-Transfer-Programs-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf> / Román, I. (2010). Sustentabilidad de los programas de transferencias condicionadas: la experiencia del Instituto Mixto de

Ayuda Social y " Avancemos" en Costa Rica. CEPAL. Acceso: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/6179> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Costa Rica - Crecemos (2019-Atual): Ministerio de Planificacion (2021). Balance de Resultados PNDIP 2019-2022 I Semestre 2020. Acceso: <https://sites.google.com/expedientesmideplan.go.cr/pndip-2019-2022/seguimiento/i-semester-2021> / <https://www.presidencia.go.cr/comunicados/2020/07/en-su-primer-ano-crecemos-llega-a-mas-de-200-mil-estudiantes-de-preescolar-y-primaria/> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Colômbia - Familias en Acción (2001- Actual): ECLAC. (2016). Acceso: <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct>. / <https://www.mineducacion.gov.co/porta/Preescolar-basica-y-media/Proyectos-Cobertura/235127:Familias-en-Accion> / <https://id.presidencia.gov.co/Paginas/prensa/2020/LOGROS-DOS-ANIOS-Gobierno-ha-beneficiado-a-mas-de-2-3-millones-de-Familias-en-Accion-y-330-mil-Jovenes-en-Accion-200806.aspx> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Argentina - Jefas y Jefes de Hogar Desocupados (2002-2005): Kostzer, D. (2008). Argentina: A case study on the Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados, or the employment road to economic recovery. / Banco Mundial (World Development Indicators)

Argentina - Familias por la Inclusión Social (2005-2010): ECLAC. (2016). Acceso: <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct>.

Argentina - Asignación Universal por Hijo para Protección Social (2009-Atual): Estadísticas de la Seguridad Social (2022). Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES). Acceso: <https://www.anses.gov.ar/informacion/estadisticas-de-la-seguridad-social>. / ANSES (2021). La Asignación Universal por Hijo/a para Protección Social desde un enfoque de derechos. Edición especial a 12 años de su creación. Serie Estudios de la Seguridad Social. Acceso:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiBq9SS5Z76AhUY5hoKHRFtDS8QFnoECAgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.margen.org%2Fsuscri%2Fmargen61%2Fstraschnoy.pdf&usg=AOvVaw0g5m49ojRZtclRjdiY9ZMi> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Chile - Chile Solidario (2002-2017):

<https://datasocial.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/programas/ofertaprogramatica/>
Larrañaga, O., Contreras, D., & Cabezas, G. (2014). Políticas contra la pobreza: De Chile solidario al ingreso ético familiar. Santiago de Chile: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo-Chile. Acceso: <https://docplayer.es/15057759-Politicasy-contra-la-pobreza-de-chile-solidario-al-ingreso-etico-familiar.html> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Chile - Ingreso Ético Familiar / Chile Seguridades y Oportunidades (2012-Atual):

<https://datasocial.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/prestaciones/monetarias/>
<https://datasocial.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/programas/ofertaprogramatica/>
Cecchini, S., Robles, C., & Vargas, L. (2012). La ampliación de las transferencias monetarias y sus desafíos en Chile: el Ingreso Ético Familiar (No. 26). International Policy Centre for Inclusive Growth. Acceso: <http://www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPolicyResearchBrief26.pdf> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Equador - Bono de Desarrollo Humano (2003-Atual): ECLAC. (2016). Acceso:

<https://dds.cepal.org/bpsnc/cct/> / https://rips.registrosocial.gob.ec/Ripsweb/pages/consulta_territorial/bdh/coberturaBdh.jsf / Banco Mundial (World Development Indicators)

República Dominicana - Solidaridad (2005-2012): Bolsa Família en Brasil. Contexto,

concepto e impacto", OIT, 2008, p. 21. Acceso: https://www.social-protection.org/gimi/gess/ShowResource.action;jsessionid=UMo7PZB8wta-7lv5qBhXJCCE37j7MWGfO08U9sjoP5_4Od-kwCgq!539423187?id=11096&lang=EN / Carrasco, H., García, E., Parodi, S., Vásquez, M., Carrasco, H., García, E., ... & Vásquez, M. (2016). ¿Cómo se redistribuyen los recursos públicos en República Dominicana?.

Monographie de la Banque interaméricaine de développement (BID) No, 425. Acesso: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/%C2%BFC%C3%B3mo-se-redistribuyen-los-recursos-p%C3%ABlicos-en-Rep%C3%ABlica-Dominicana.pdf> / Banco Mundial (World Development Indicators)

República Dominicana - Progresando con Solidaridad - ProSoli (2012-Atual):

Ministerio de La Presidencia (2017). Progresando con Solidaridad (PROSOLI): Memorias Institucionales - 2017. República Dominicana. Acesso: <https://transparencia.gabsocial.gob.do/proyectos-y-programas/informe-de-seguimiento-de-los-programas-y-proyectos/2017> / Carrasco, H., García, E., Parodi, S., Vásquez, M., Carrasco, H., García, E., ... & Vásquez, M. (2016). ¿Cómo se redistribuyen los recursos públicos en República Dominicana?. Monographie de la Banque interaméricaine de développement (BID) No, 425. Acesso: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/%C2%BFC%C3%B3mo-se-redistribuyen-los-recursos-p%C3%ABlicos-en-Rep%C3%ABlica-Dominicana.pdf> / Hernandez, M. A., Pellerano, J. A., & Sanchez, G. E. (2022). Conditional cash transfers and high school attainment: Evidence from a large-scale program in the Dominican Republic (Vol. 2109). Intl Food Policy Res Inst. Acesso: <https://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/135059/filename/135270.pdf>. / Vicepresidencia de la Republica Dominicana (2019). Prosoli en Cifras: Boletín Estadístico. Estadísticas y Resultados de Ejecución - Agosto 2019. Vol. 35. Acesso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwie-KOQzK76AhVbhP0HHeHsADwQFnoECB4QAQ&url=http%3A%2F%2Ftransparencia.superate.gob.do%2Fdocument%2FDownload%3Fid%3D3038&usg=AOvVaw2A5cz_2FQGP8WtKAAMRyyO / Datos Abiertos (2022). Nóminas de componentes de subsidios Bonoluz, Bonogás y ALIMÉNTATE 2017-2021. República Dominicana. Acesso: https://datos.gob.do/pt_PT/dataset/nominas-de-subsidios-sociales / Datos Abiertos (2022). Nómina de componentes de educación APRENDE y AVANZA 2017-2021. República Dominicana. Acesso: https://datos.gob.do/pt_PT/dataset/nomina-aprende-avanza / Banco Mundial (World Development Indicators)

El Salvador - Red Solidaria (2005-2008) / Comunidades Solidarias Rurales y Urbanas (2009-Atual): ECLAC. (2016). Acesso: <https://dds.cepal.org/bpsnc/cct>.

Paraguai - Tekoporã (2005-Atual): Hirata, G. I., Pérez Ribas, R., & Soares, F. V. (2010). Paraguay's Tekoporã programme for cash transfers: debating targeting methods for beneficiaries. CEPAL Review. Acesso:

<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/11497?locale-attribute=en> / Soares, F. V., Ribas, R. P., & Hirata, G. I. (2008). Achievements and shortfalls of conditional cash transfers: Impact evaluation of Paraguay's tekoporã programme (No. 3). International Policy Centre for Inclusive Growth. Acesso: <https://socialprotection.org/discover/publications/achievements-and-shortfalls-conditional-cash-transfers-impact-evaluation> /

<https://thegpsa.org/projects/improving-transparency-and-performance-of-the-conditional-cash-transfer-program/> /

<https://www.worldbank.org/en/results/2020/10/26/paraguak-tekopora-program> /

Balletbo, I. (2018). El impacto del programa tekoporã en la política social en Paraguay. Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales, 14(2). Acesso: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/riics/article/view/547> /

<https://www.mds.gov.py/index.php/noticias/mds-inyecta-mas-de-g-51500-millones-con-tekopora> / <https://www.mds.gov.py/index.php/noticias/gobierno-fortalecio-proteccion-social-de-hogares-vulnerables> / SAS, Secretaría de Acción Social (2014). Cómo y cuánto se invierte en la población en situación de pobreza - Díptico Tekoporã. Acesso: <http://biblioteca.mds.gov.py:8080/handle/123456789/352> / SAS, Secretaría de Acción Social (2016). Tríptico Cómo y cuánto se invierte en la población en situación de pobreza. Acesso: <http://biblioteca.mds.gov.py:8080/handle/123456789/240> / Barrios, F., Galeano, L., & Sánchez, S. (2008). El impacto del programa Tekoporã de Paraguay en la nutrición, el consumo y la economía local. Paraguay: Oficina Regional de FAO/FLACSO. Acesso: <http://biblioteca.mds.gov.py:8080/handle/123456789/251> / Ministerio de Hacienda. (2016). Programa TEKOPORA – Informe final de evaluación de impacto. Acesso:

<http://biblioteca.mds.gov.py:8080/handle/123456789/236> / MDS, Ministerio de Desarrollo Social. (2017). Informe de Gestión Institucional - 2017. Acesso: <http://biblioteca.mds.gov.py:8080/handle/123456789/493>. / Banco Mundial (World Development Indicators)

Paraguai - Abrazo (2005-Atual): Ministerio de la Niñez y la Adolescencia. (2018) Listado de familias beneficiarias. Acesso: <http://www.minna.gov.py/articulo/2179-listado-de-familias-beneficiarias.html> / UTGS, UNIDAD TÉCNICA DEL GABINETE SOCIAL. (XXX). Programa Abrazo: Evaluación de Consistencia y Resultado. Acesso: <https://siteal.iiep.unesco.org/bdnp/1147/programa-abrazo> / Dirección del Programa ABRAZO (2018). INFORME DE MONITOREO – Primer Semestre 2018. Acesso: <http://www.minna.gov.py/seccion/68-informes-de-monitoreo.html> / Ministerio de la Niñez y la Adolescencia. (2020). Informe de Gestión 2019-2020. Acesso: <http://www.minna.gov.py/pagina/84-informes-de-gestion.html> / Secretaría de Acción Social. (2007). Impacto de los programas TEC en el trabajo infantil. Acesso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjGpNSG7rD6AhXlg_0HHS1rD94QFnoECAIQAQ&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.mds.gov.py%3A8080%2Fbitstream%2Fhandle%2F123456789%2F246%2FE8.4.%2520007%2520Impacto%2520de%2520los%2520programas%2520TC%2520en%2520trabajo%2520infantil.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&usg=AOvVaw2NluB6L02GzlwPZnabRQvp / Banco Mundial (World Development Indicators)

Peru - Juntos (2005-Atual): Bolsa Família en Brasil. Contexto, concepto e impacto", OIT, 2008, p. 21. Acesso: https://www.social-protection.org/gimi/gess/ShowRessource.action;jsessionid=UMo7PZB8wta-7lv5qBhXJCCE37j7MWGfO08U9sjoP5_4Od-kwCgqI539423187?id=11096&lang=EN / Cabrera, C. C. (2011). Juntos-programa de transferência de renda no Peru, alcance e perspectivas: estudo de caso no Distrito de Chuschi (Ayacucho-Peru). Acesso: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjloPuN6bL6AhWDhc4BHWn1C6AQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fcore.ac.uk%2Fdownload%2Fpdf%2F33540296.pdf&usg=AOvVaw3wzazqP1ohhD7B0QQF5fQu> / Salcedo Bellido, A. E. (2020). Impacto del programa JUNTOS sobre

el acceso a la educación de los niños y adolescentes de los hogares beneficiarios del Perú, 2018. Acceso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjmh7LH77L6AhV3_rslHcl7AYEQFnoECB8QAQ&url=http%3A%2F%2Fvriunap.pe%2Frepositor%2Fdocs%2Fd00009560-Borr.pdf&usg=AOvVaw0MLdtMbjU8Ciq5IEWd_TqH / Silva Huerta, R. C., & Stampini, M. (2018). ¿Cómo funciona el Programa Juntos?: Mejores prácticas en la implementación de programas de transferencias monetarias condicionadas en América Latina y el Caribe. BID. <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/¿-Cómo-funciona-el-Programa-Juntos-Mejores-prácticas-en-la-implementación-de-programas-de-transferencias-monetarias-condicionadas-en-América-Latina-y-el-Caribe.-pdf>. / Escobal, J.; Benites, S. (2012). Boletín de Políticas Públicas sobre Infancia. Niños del Mundo: Información para el Desarrollo. Acceso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiXtPLX_LL6AhVQgRoKHWGECZ8QFnoECCUQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.ninosdelmilenio.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2012%2F10%2FTransferencias-y-Condiciones-Efectos-no-previstos-del-Programa-JUNTOS.pdf&usg=AOvVaw3XIRRe3XgvaC8I9_czPcsG / Banco Mundial (World Development Indicators)

Uruguay - Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social - PANES (2005-2007): Bolsa Família en Brasil. Contexto, concepto e impacto", OIT, 2008, p. 21. Acceso: https://www.social-protection.org/gimi/gess/ShowResource.action;jsessionid=UMo7PZB8wta-7lv5qBhXJCCCE37j7MWGfO08U9sjoP5_4Od-kwCgq!539423187?id=11096&lang=EN / <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/publicaciones/perfil-socioeconomico-poblacion-incluida-panes-informe-final> / <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/publicaciones/perfil-social-poblacion-incluida-panes> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Uruguai - Asignaciones Familiares (2008-Atual): <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/indicador/cantidad-beneficiarios-asignaciones-familiares-del-plan-equidad-total-pais> / <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/datos-y-estadisticas/datos/cantidad-beneficiarios-asignaciones-familiares-plan-equidad> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Panamá - Red de Oportunidades - RdO (2006-Atual): Bolsa Família en Brasil. Contexto, concepto e impacto", OIT, 2008, p. 21. Acesso: https://www.social-protection.org/gimi/gess/ShowResource.action;jsessionid=UMo7PZB8wta-7lv5qBhXJCCE37j7MWGfO08U9sjoP5_4Od-kwCgq!539423187?id=11096&lang=EN / BID (2018). Síntesis: Programas de Transferências Monetárias Condicionadas. Banco Interamericano de Desarrollo: División de Protección Social y Salud. Acesso: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKWjQ3P3mLX6AhUX-BoKHZVDeYQFnoECAUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.iadb.org%2FDocument.cfm%3Fid%3DEZSHARE-811733866-49&usg=AOvVaw1kiUxGbPS1-99W5o0I5vus> / <http://equidadparalainfancia.org/2015/10/programa-red-de-oportunidades-de-panama/> <https://es.slideshare.net/FAOoftheUN/panama-43824361> / Ministerio de Economía y Finanzas. (2012). La Red de Oportunidades: Encuesta de mercado de trabalho - Marzo de 2012. Panama. Acesso: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi05s6T_7f6AhXjgM4BHa9wAo0QFnoECDIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.mef.gob.pa%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F12%2FRed-de-Oportunidades-Marzo-2012.pdf&usg=AOvVaw18sEINMyGD8sS3EepWO6bE / Banco Mundial (World Development Indicators)

Bolivia - Bono Juancito Pinto (2006-Atual): <https://socialprotection.org/discover/programmes/juancito-pinto-grant-bono-juancito-pinto> / Aguilar Pacajes, H. (2014). Evaluación de impacto del'Bono Juancito Pinto'en Bolivia. Revista de Análisis del Banco Central de Bolivia, 21, 37. Acesso: http://www.revistasbolivianas.ciencia.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-88752014000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=es / Canelas, C., & Niño-Zarazúa, M.

(2019). Schooling and Labor Market Impacts of Bolivia's" Bono Juancito Pinto" Program. Population and Development Review, 155-179. Acesso: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2018-36.pdf> / Bauchet, J., Undurraga, E. A., Reyes-García, V., Behrman, J. R., & Godoy, R. A. (2018). Conditional cash transfers for primary education: Which children are left out?. World development, 105, 1-12. Acesso: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1730414X> / <https://www.eabolivia.com/social/20629-bono-juancito-pinto-redujo-desercion-escolar-hasta-15.html> / Banco Mundial (World Development Indicators)

Guatemala - Mi Familia Progresá - MIFAPRO (2008-2011) / Mi Bono Seguro - Bono Social (2012-Atual): <https://socialprotection.org/discover/programmes/mi-familia-progresá> / Cecchini, S., Leiva, A. X., Madariaga, A., & Trucco, D. (2009). Desafíos de los programas de transferencias con corresponsabilidad: los casos de Guatemala, Honduras y Nicaragua. Acesso: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/3656-desafios-programas-transferencias-corresponsabilidad-casos-guatemala-honduras> / Gaia, E. (2010). Mi familia progresá: Change and continuity in Guatemala's social policy. Social Policy Review, 22, 199-223. Acesso: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=G3ZoDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA199&dq=Mí+Familia+Progresá:+change+and+continuity+in+Guatemala%20%99s+social+policy+&ots=mDkYjeK0me&sig=xIxTk8MRsZ_LXMzLA3a1JxSzeCg&redir_esc=y#v=onepage&q=Mí%20Familia%20Progresá%3A%20change%20and%20continuity%20in%20Guatemala%20%99s%20social%20policy&f=false / https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi9juruqbr6AhX-hf0HHQY0DHwQFnoECCEQAQ&url=http%3A%2F%2Fcedoc.inmujeres.gob.mx%2Fseminarios%2Fpobreza2010%2F28enero%2Fsoniaescobedo.pdf&usg=AOvVaw0LulHNr0b-3LilLf7ES_u3 / CIEN. (2012) El pasado y el futuro del programa Bono Seguro. Guatemala. Acesso: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwie5p7psLr6AhUNhv0HHSFbC1EQFnoECA0QAQ&url=http%3A%2F>

<https://www.facebook.com/guatemalagob/photos/con-el-fondo-bono-social-a-trav%C3%A9s-de-transferencias-monetarias-condicionadas-en-/3643435399018802/>
<https://socialprotection.org/discover/programmes/bono-social-social-allowance>
 REVIE, I., & LO, I. C. T. I. T. (2015). Conditional Cash Transfer in Three Lower-Middle-Income Countries. Acesso: <https://publications.iadb.org/en/comparative-case-studies-review-idb-institutional-support-conditional-cash-transfer-three-lower>
 Banco Mundial (World Development Indicators)

Haiti - Ti Manman Cheri (2012-Atual):

<https://socialprotection.org/discover/programmes/ti-manman-cheri> / Dorsainvil, D. (2015). Évaluation du financement public de la politique de protection sociale: Une lecture spéciale du Programme Ede Pèp. Acesso: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/38231>
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiy3_7r6AhVMgv0HHY5IBEAQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fbtca-production-site.s3.amazonaws.com%2Fdocuments%2F26%2Ffrench_attachments%2FUNCDF-BTCA-Highlights-Haiti-FR-20140317.pdf%3F1438934422&usg=AOvVaw3TaBsKoeDQyzeSg7YXtjRz / Bank, W. (2012). Investing in people to fight poverty in haiti. Acesso: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fdocuments.worldbank.org%2Fcurated%2Fen%2F222901468029372321%2Fpdf%2F944300v10REPLA0sment0EN0web0version.pdf&psig=AOvVaw3zrWUxPK-evVDXlJHwflWF&ust=1664575374146000&source=images&cd=vfe&ved=2ahUKEwjRs6XQgLv6AhWEy4UKHbK8A74Qr4kDegQIARBN> / Cruz-Martinez, G. (2015). Going Beyond Aggregated Measures in the Conditional Cash Transfer Programs: The Effective Coverage of Benefits and Beneficiaries (No. qrnme). Center for Open Science. Acesso: <https://ideas.repec.org/p/osf/socarx/qrnme.html>